

DIRECTOR · ABEL MACEDO

Ano XXI · II Série · N.º 1

Fevereiro 2006 · 2 euros

spninfo@spn.pt

spni
INFORMAÇÃO



**A farsa
continua...
A luta
também!**

GREVE: 20 a 24 Fev.

greve nacional às actividades de substituição e aos prolongamentos de horário

*Homenagem comovida
a um grande mestre:
José Salvado Sampaio*

Saudações democráticas!

Mário David Soares
(Barcelona, 02.Fevereiro.2006)



Elza Rocha

“— Viva, Dr. Salvado Sampaio!
— *Salvado Sampaio*, meu amigo!”

Era quase sempre assim que começavam as nossas conversas. Eu, com o respeito devido a quem era mais velho e, sobretudo, com o reconhecimento a quem possuía um saber de vida e de estudo feito; ele, com a cumplicidade simples de nos querer fazer iguais a ele.

Ainda não passaram três dias desde que falei dele, interrogando-me como estaria de saúde. Sabia que estava muito debilitado, mas ainda não me habituara à ideia de não o ver no Conselho Nacional da Fenprof. Porque, durante 20 anos, foi esse o nosso local de encontro habitual.

Hoje, chegaram-me notícias dele – tinha acabado de falecer. Não posso, porque não sou capaz, dizer tudo o que me vai na alma.

Entrei no Conselho Nacional no mesmo dia que ele, ou seja, no dia da criação da nossa Federação Nacional dos Professores. Sempre ouvi as suas intervenções com atenção e admiração. Porque eram profundas, fundamentadas e com uma coerência ideológica que a idade nunca fez diminuir. Era sempre dos primeiros a chegar às reuniões, e sempre o primeiro a intervir.

Partiu hoje um amigo. Choro-o por dentro e por fora. Mas fica-me o orgulho de, enquanto director do «SPN-Informação», ter feito uma das últimas entrevistas ao Professor Salvado Sampaio. Mas, sobretudo, tenho comigo o orgulho maior de ser carinhosamente chamado de “Salvado Sampaio” pelos meus camaradas e amigos do Secretariado Nacional e do Conselho Nacional, pela mania de querer intervir, também eu, em primeiro lugar.

Desculpe, meu amigo Salvado Sampaio, esta homenagem sem o conteúdo político, pedagógico e sindical de que é largamente merecedor. Desculpe-me esta emoção quase infantil. Mas, por hoje, apenas lhe queria desejar aquilo que tantas vezes me desejou: Saudações democráticas! ▶

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Margarida Leça, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira.

Design Gráfico Adriano Rangel e Ana Alvim · **Foto Capa** Adriano Rangel · **Paginação / Digitalização** Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Heska Portuguesa, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 26.500 exemplares · **Registo** no ICS 109963 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinalados não reflectem necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.



Virar de página



Um virar de página talvez seja a imagem mais ajustada ao aparecimento desta revista que, a partir de agora, ocupará o lugar do nosso “velhinho”, mas sempre novo e muito querido «SPN-Infomação».

E talvez o seja por gostarmos tanto dele, por nos revermos tão apaixonadamente em tantas e tantas das suas páginas, dos seus títulos, das suas fotos – enfim, das orientações que tantas vezes nele bebemos para prosseguir nas lutas que

íamos desenvolvendo; ou buscamos as reflexões e as análises ajustadas às causas por que pugnariamos. E ainda pelo olhar para dentro, para a nossa organização, olhando-a criticamente sempre na mira de melhorar a nossa intervenção nas escolas, com os professores e com outros parceiros da causa educativa.

Mas este virar de página não significa apenas alterar-lhe a forma, melhorar-lhe a *face*, porventura torná-lo mais atraente à leitura que todos queremos fazer dele. Embora este já fosse, por si, um objectivo válido. Significa, também, e essencialmente, encontrarmos uma fórmula em que possamos ser mais versáteis e mais abrangentes, dentro de uma linha editorial que não temos necessidade de alterar. Este novo *visual* permitirá identificar melhor, em cada número, as rubricas e os temas a que daremos mais espaço (e mais importância também), desenvolver dossiês temáticos, procurando ir de encontro ao que mais interesse aos professores, às escolas e ao sistema educativo em geral, bem como apresentarmos opiniões críticas sobre assuntos variados.

Assuntos ou temas a merecer destaque neste, e nos números seguintes, não faltarão, enquanto tivermos que suportar o governo do amigo de Bill Gates, agora bem acompanhado pelo ainda não empossado novo Presidente da República (que parelha, caros colegas!...) e pela ex-anarco-sindicalista que, de repente, empurraram para a Educação – pasta terrível de que

todos fogem e para onde, por norma, são indicados os que menos percebem do mundo de problemas que terão de enfrentar.

Das lutas dos professores, muitas, duras e prolongadas, também teremos que falar aqui – na «SPN-Infomação» –, prestes que está a ser accionada a chave da implosão do Estatuto da Carreira Docente.

Neste número inaugural da *nossa revista* decidimos abordar um tema de grande sensibilidade e actualidade, pelas implicações pedagógicas, sociais e até políticas que acarreta – o processo, já em curso, de encerramento de escolas de pequena dimensão. E nesta matéria, parece poderem ser definidos dois campos claros.

O dos que defendem o bom senso na tomada de decisões, que estas surjam após ponderadas negociações com todos os interessados, que à mudança (se tiver que ser) correspondam inequivocamente melhores condições pedagógicas, mais e melhores recursos no plano social e de inserção dos alunos. Resumindo, uma Escola melhor, com mais recursos e melhores condições de trabalho e de estudo.

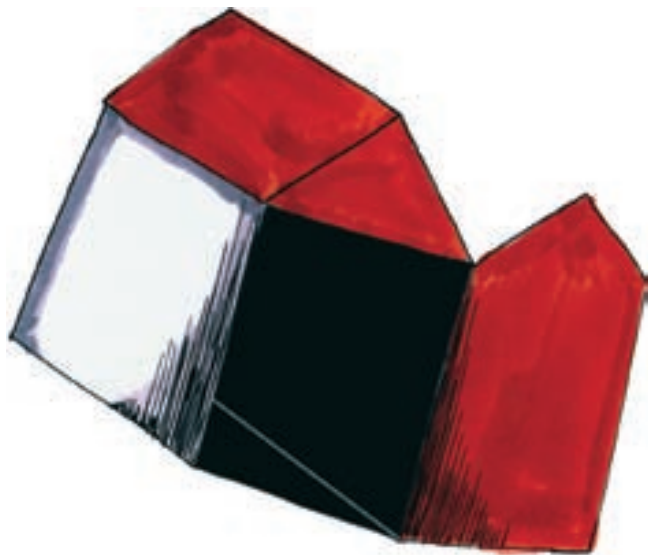
Do outro lado, o campo dos que, fechados nos gabinetes, com números à frente, e – sabe-se lá porquê – convencidos de que 19 alunos não é número suficiente para uma escola, para a qual não se podem conduzir também recursos didácticos, cantina, material informático (de banda larga, diz-se). E que, portanto, a frio e à distância, tomam decisões de alcance social relevante, para os alunos e para as populações, e assim vão contribuindo paulatinamente para o depois chorado aumento da desertificação do interior do país.

Finalmente, uma dúvida angustiante para todos os professores, resultante de recentes declarações do primeiro-ministro.

Após tanta asneira e tanto dislate, com a mais despudorada soberberia, no que diz respeito ao âmbito da Administração Pública e da docência (são só exemplos, claro); com a indisfarçável faceta neoliberal, lugar-comum de tudo o que faz desde que escondeu a sete chaves o socialismo, logo após a militância na Juventude Social Democrata; quando este senhor não esconde o seu entusiasmo por aparecer ao lado de uma das maiores fortunas do mundo e que parece (com os americanos, não é de estranhar) ter descoberto agora Portugal... Enfim, quando Sócrates diz que agora “o céu é o limite!”, o que devemos pensar? E fazer?

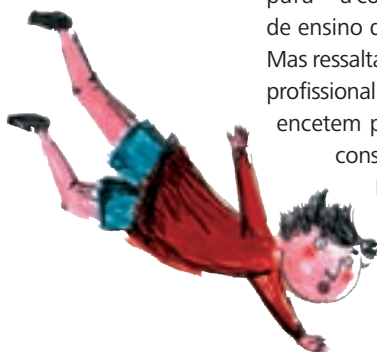
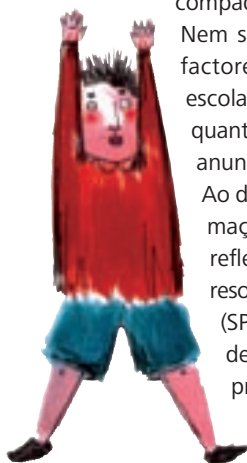
Emigrarmos em massa? Baixar os braços e rendermo-nos a tão iluminada criatura? Ou ficar aqui, fincar os pés e não nos deixarmos derrotar pelas megalomanias extraterrestres do autor do maior chavão político dos últimos tempos – o famigerado *plano tecnológico*?

Será agora, com a ajuda do amigo Bill? Ou este continuará a ser, por mais algum tempo, um país de faz-de-conta? Para a esmagadora maioria dos portugueses – esclareça-se –, principalmente para os dois milhões que vivem no limiar da pobreza... ▶



O reordenamento da rede escolar está na ordem do dia. Nas últimas semanas, têm aparecido na comunicação social, de forma regular, notícias que dão nota da intenção de se proceder ao encerramento de centenas de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico. Mais recentemente, o Ministério da Educação anunciou que, até ao final deste ano lectivo, pretende encerrar todas as escolas com menos de 20 alunos e com taxas de aproveitamento inferiores à média nacional.

Encerramento de escolas exige muita ponderação



Com este objectivo, o ministério assinou um protocolo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, na sequência do qual se prevê que possam vir a encerrar, só no âmbito da Direcção Regional de Educação do Norte, 901 escolas do 1º Ciclo.

A noção de que estamos perante um problema complexo, que envolve factores sociais, económicos, culturais e outros, exige ponderação e consideração de todos os aspectos envolvidos. O que, de acordo com vários dos parceiros implicados neste processo, não se compadece com calendários precipitados e voluntaristas.

Nem sempre as notícias vindas a lume equacionam todos os factores envolvidos no processo de reordenamento da rede escolar, mais parecendo prevalecer no debate público critérios quantitativos e administrativos no enquadramento das medidas anunciadas.

Ao destacar este assunto nas páginas seguintes, o «SPN-Informação» não se coloca numa perspectiva neutra. Das múltiplas reflexões realizadas no plano sindical, e expressas em várias resoluções de congressos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e de outras iniciativas, ressalta a ideia da complexidade desta problemática, o que exige que as soluções a adoptar sejam contextualizadas e consensualizadas no plano local,

acautelando um conjunto de condições a observar no caso de apontarem para o encerramento de escolas e

para a consequente concentração de crianças em estabelecimentos de ensino de maior dimensão.

Mas ressalta, igualmente, que esta questão tem implicações no plano profissional dos docentes, o que exige que, também neste plano, se encetem processos negociais que respeitem direitos adquiridos e consagrados no Estatuto da Carreira Docente.

Finalmente, mas não menos importante, está em questão saber se o reordenamento da rede escolar é ou não uma peça importante em qualquer estratégia de desenvolvimento do país, travando ou acentuando a desertificação do interior do país. ▶

A Direcção Regional de Educação do Norte admite que 901 é o número previsível de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico que deverão encerrar, na sua área de jurisdição, no presente ano lectivo. Número que confirma o estudo realizado pelo Sindicato dos Professores do Norte, que, tendo em conta a sua área geográfica de intervenção (inclui o concelho de Ovar), aponta para um encerramento de 772 escolas – o que, a juntar às 129 do Centro de Área Educativa do Douro Sul, perfaz exactamente 901 escolas a encerrar no âmbito da DREN.

Norte perde mais de 900



Da análise dos dados aqui são as zonas do interior as de Bragança e Vila Real escolas encerrar, não cativo que se preveja Castelo encerre perto estabelecimentos e Assim sendo, não



apresentados ressalta que mais afectadas. Os distritos vêm mais de metade das deixando de ser significativo o CAE de Viana do de um terço dos seus Braga cerca de 20%. é de admirar que os

concelhos com maior expressão neste processo sejam igualmente destes distritos – Alfândega da Fé, por exemplo, optou pelo encerramento da totalidade das escolas das freguesias, concentrando na sede concelhia a frequência escolar de todas as crianças.

A divulgação deste estudo por parte do SPN teve o condão de alertar para a postura do Ministério da Educação de tudo querer decidir sozinho, e fez com que tanto as populações como as autarquias, muitas delas completamente arredadas do processo, desenvolvessem diligências junto da administração educativa, no sentido de serem consideradas como parceiros na decisão, tentando, deste modo, encontrar soluções negociadas para minimizar a ocorrência de situações aberrantes – algumas completamente absurdas, e que, por terem sido encontradas administrativamente, não correspondem aos interesses das populações.

Neste contexto, o encerramento de escolas expresso neste estudo não pode, ainda, ser considerado definitivo. ▶



Questão fundamental na definição das políticas educativas, até porque delas é reflexo, o reordenamento da rede escolar é um tema que tem merecido especial atenção do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), sendo mesmo objecto de várias iniciativas em que participaram autarcas, pais, representantes dos conselhos municipais de educação, educadores e professores. Aí tem ressaltado uma ênfase muito particular na Educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico, justificada pela percepção de que é no reordenamento das respectivas redes que, para o melhor ou pior, se manifestam as alterações mais significativas – nomeadamente no que toca à criação, fusão ou encerramento de estabelecimentos com reduzido número de alunos.



Rogério Ribeiro

Modelos de reordenamento da rede escolar há muitos e com implicações diversas, pelo que importa identificar alguns. Desde logo, o das escolas básicas integradas, preocupado fundamentalmente com a articulação e sequencialidade dos percursos escolares, é perspectivado num protocolo, assinado entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que aposta “em centros escolares que integrem preferencialmente ofertas do pré-escolar e do primeiro e segundos ciclos do ensino básico, e a organização das escolas em agrupamentos, para permitir o eficaz

acompanhamento de todo o processo educativo e escolar das crianças e jovens”.

Outro modelo propõe, igualmente, a concentração das crianças, mas de um determinado sector; é, aliás, uma experiência desenvolvida em alguns concelhos do Norte do país. Trata-se da concentração da população estudantil do 1º Ciclo num único espaço, normalmente sediado na sede de concelho. As razões para tal opção são as mais variadas, desde logo a rentabilização e optimização dos recursos, o que deverá basear a sua aplicação num concelho de reduzida dimensão e com boas acessibilidades, por forma a possibilitar o transporte cómodo das crianças. Esta concentração sustenta-se na melhoria das condições de trabalho, no sentido da promoção de uma prática

Direcção Regional de Educação do Norte

Área Geográfica do SPN	Escolas em funcionamento em 2005/2006	Escolas a encerrar	Escolas a funcionar em 2006/2007	% Encerramento
CAE Bragança	323	221	102	68%
CAE Vila Real	492	254	238	52%
CAE Viana do Castelo	253	70	183	28%
CAE Braga	715	137	578	19%
CAE Entre Douro e Vouga (*)	299	37	262	12%
CAE Tâmega	409	43	366	11%
CAE Porto	483	10	473	2%
TOTAL	2974	772	2202	26%
(*) Inclui Ovar				
CAE Douro Sul	282	129	306	46%
TOTAL	3256	901	2508	28%

CAE de Braga

Concelhos	Escolas em funcionamento em 2005/2006	Escolas a encerrar	Escolas a funcionar em 2006/2007	% Encerramento
Cabeceiras de Basto	38	22	16	58%
Vieira do Minho	36	20	16	56%
Terras de Bouro	20	11	9	55%
Celorico de Basto	39	16	23	41%
Amares	27	7	20	26%
Fafe	56	14	42	25%
Póvoa de Lanhoso	31	6	25	19%
Vila Verde	70	11	59	16%
Esposende	28	4	24	14%
V. N. Famalicão	75	6	69	8%
Braga	89	7	82	8%
Barcelos	96	7	89	7%
Guimarães	98	6	92	6%
Vizela	12	0	12	0%
TOTAL	715	137	578	19%

pedagógica de elevada qualidade. Tem a seu favor, também, a ideia de que poderá ser uma estratégia facilitadora da socialização das crianças, pois acontece de uma forma natural através da convivialidade com os pares, garantindo, assim, a igualdade de oportunidades no processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, há quem advogue que estes mesmos objectivos poderão ser atingidos por outro caminho. Um pouco na linha de experiências desenvolvidas noutros países – que, curiosamente, voltam a apostar na desconcentração da rede escolar, depois de terem apostado na sua concentração –, os seus defensores entendem que a promoção do sucesso escolar passa pela manutenção das escolas rurais ou por soluções baseadas na itinerância, onde as crianças de tenra idade não se deslocam.

Defendem que, perante a crescente desertificação do país, há uma importante herança cultural a preservar, pelo que a melhor solução é a manutenção das escolas de pequena dimensão, surgindo estas como um importante instrumento, muitas vezes único, de combate à desertificação. Este modo de encarar a estruturação da rede escolar alinha pelo princípio de que a escola rural é aquela que está mais perto das famílias e que, no processo ensino-aprendizagem, o escolar não se pode distanciar do educativo e que este só ganha sentido quando enraizado na comunidade e cimentado nas vivências das crianças.

Defendem os seus apoiantes que este é um modelo que vai de encontro às reais necessidades, expectativas e interesses das crianças, alicerçado na inclusão cultural e comunitária, por forma a rentabilizar o capital de vivências e de conhecimentos que elas transportam, potenciando o obstáculo em recurso e assumindo-se a escola como verdadeiro pólo de desenvolvimento local. +



Ilustração Pedro Lino / Isto É

CAE de Bragança

Concelhos	Escolas em funcionamento em 2005/2006	Escolas a encerrar	Escolas a funcionar em 2006/2007	% Encerramento
Alfândega da Fé	10	9	1	90%
Vinhais	27	21	6	78%
Macedo de Cavaleiros	46	35	11	76%
Carraceda de Ansiães	28	21	7	75%
Mogadouro	29	21	8	72%
Miranda do Douro	14	10	4	71%
Mirandela	58	41	17	71%
Vimioso	13	9	4	69%
Vila Flor	22	14	8	64%
Bragança	54	31	23	57%
Torre de Moncorvo	16	8	8	50%
Freixo de Espada-à-Cinta	6	1	5	17%
TOTAL	323	221	102	68%

CAE de Entre Douro e Vouga*

Concelhos	Escolas em funcionamento em 2005/2006	Escolas a encerrar	Escolas a funcionar em 2006/2007	% Encerramento
Arouca	45	16	29	36%
Vale de Cambra	35	10	25	29%
Castelo de Paiva	24	4	20	17%
Santa Maria da Feira	86	6	80	7%
Ovar	35	1	34	3%
Oliveira de Azeméis	48	0	48	0%
S. João da Madeira	9	0	9	0%
Espinho	17	0	17	0%
TOTAL	299	37	262	12%

* Inclui o concelho de Ovar, que não pertencendo a este CAE, nem à DREN, é abrangido pela organização geográfica do SPN

Negociação é palavra-chave

Como se vê, a questão não é fácil e não poderá ser abordada de uma forma simplista. Muito menos deverá ser encarada apenas pela sua dimensão técnica, burocrático-administrativa, com base numa visão meramente economicista, como parece ser a receita adoptada pela actual equipa ministerial. A questão é definitivamente política, pois os modelos a adoptar reflectem, necessariamente,

opções de vida que se repercutirão em diferentes formas de encarar o social, e pressupõe paradigmas organizativos diversificados nos modos de estruturar a sociedade.

Virtualidades, qualquer modelo tem. Fragilidades, também. E, às tantas, a solução não está na opção alternativa, mas na complementar.

De facto, a questão não passa pela exclusão de modelos, mas pela gestão das suas potencialidades, reflectida em centros escolares de pequena e média dimensão, mesmo assumindo a ambiguidade deste conceito, em que a ideia de pequena ou média dimensão não é unicamente achada ou determinada pela quantidade da frequência dos alunos, mas pelas condições reais e objectivas para o exercício do processo de ensino-aprendizagem, tendo em conta a sua contextualização.

Importará, porventura, evitar os excessos de cada paradigma, promovendo uma solução de bem-estar para as crianças. E, também aqui, a negociação é a palavra-chave. Efectivamente, só um processo negociado e consensualizado entre a comunidade educativa (incluindo as autarquias) e as estruturas da administração educativa, centrado nas realidades locais, onde se avalia e se decide conjuntamente, de uma forma co-responsabilizadora, poderá definir o caminho a seguir.

Este é um processo que não se compadece com as precipitações e soluções de sentido e tamanho únicos, que parecem caracterizar a actuação da actual equipa do Ministério da Educação, cujo único fito parece ser fechar para poupar, encerrando indiscriminadamente todas as escolas que não obedecem a um determinado número de alunos, escudando-se numa retórica de promoção do sucesso escolar que, em muitos casos, não serve para mais do que transferir os alunos para outras escolas com a mesma falta de condições, numa espécie de mais do mesmo. E casos há em que se encerram as que melhor condições oferecem...

O primado do educativo

Na problemática da rede escolar interessa a decisão final. Mas interessa, igualmente, o processo de decisão, uma vez que por ele – pelo processo negociado – poderão detectar-se muitas das causas do insucesso e perceber que uma boa solução para determinada realidade pode não o ser para outra.

E se hoje é consensual a ideia de que a reestruturação da rede escolar e a requalificação do parque escolar são urgentes e necessárias, e que deverão ser efectivadas racionalizando meios e combatendo desperdícios, são de recusar, no entanto, as soluções meramente administrativas e economicistas, sem racionalidade pedagógica. Porque estas são, sempre, soluções que comprometem o potencial de mudança positiva que determinada medida possa conter em si.

Todos sabemos que nas coisas da educação não há que hesitar no investimento, quando se trata de combater o atraso estrutural do país, sendo que esse investimento deverá reflectir as realidades locais e exigir que o reordenamento da rede escolar tenha em conta, em primeiro lugar, a vertente educativa, num quadro de políticas e acções integradas de desenvolvimento local. ▶

CAE do Porto

Concelhos	Escolas em funcionamento em 2005/2006	Escolas a encerrar	Escolas a funcionar em 2006/2007	% Encerramento
Santo Tirso	48	3	45	6%
Matosinhos	43	2	41	5%
Porto	58	2	56	3%
Gondomar	69	2	67	3%
V. N. de Gaia	102	1	101	1%
Maia	42	0	42	0%
Póvoa de Varzim	28	0	28	0%
Trofa	21	0	21	0%
Valongo	27	0	27	0%
Vila do Conde	45	0	45	0%
TOTAL	483	10	473	2%

CAE do Tâmega

Concelhos	Escolas em funcionamento em 2005/2006	Escolas a encerrar	Escolas a funcionar em 2006/2007	% Encerramento
Amarante	73	18	55	25%
Baião	38	8	30	21%
Felgueiras	46	5	41	11%
Penafiel	73	7	66	10%
Marco de Canaveses	55	3	52	5%
Paredes	58	2	56	3%
Lousada	34	0	34	0%
Paços de Ferreira	32	0	32	0%
TOTAL	409	43	366	11%

A posição da Fenprof



A Fenprof entende que o encerramento de pequenas escolas e a consequente concentração de crianças em estabelecimentos de dimensão maior é um processo muito complexo ou mesmo desaconselhável em algumas regiões do país e exige do Governo a abertura de um efectivo diálogo negocial com os diversos parceiros sociais, ao invés da política cega de encerramento administrativo das escolas com menos de onze alunos.

Sempre que as soluções encontradas sejam o encerramento de pequenas escolas e a consequente concentração de crianças em estabelecimentos de ensino de maior dimensão, é indispensável que sejam observadas quatro condições:

1. o estabelecimento de processos de diálogo e negociação com as autarquias locais e com as comunidades envolvidas, assegurando por esta forma que as crianças passem a frequentar uma escola melhor, que viabilize respostas educativas e sociais exigidas por uma educação de qualidade;
2. a salvaguarda de razoabilidade nas deslocações das crianças na tripla vertente: conforto/segurança, duração dos percursos e distância a percorrer;
3. o desenvolvimento de um processo específico de negociação sobre todas as questões profissionais decorrentes do reordenamento da rede escolar;
4. a construção, a curto prazo, de centros escolares de razoável dimensão, dotados de espaços, serviços, equipamentos e recursos humanos e materiais que correspondem, de facto, a uma Nova Escola. ▶

**8º Congresso Nacional dos Professores
(Figueira da Foz, Março de 2004)**

CAE do Viana do Castelo

Concelhos	Escolas em funcionamento em 2005/2006	Escolas a encerrar	Escolas a funcionar em 2006/2007	% Encerramento
Arcos de Valdevez	44	28	16	64%
Melgaço	11	6	5	55%
Ponte da Barca	26	12	14	46%
Caminha	16	6	10	38%
Monção	23	6	17	26%
V. N. de Cerveira	12	3	9	25%
Valença	13	3	10	23%
Ponte de Lima	56	4	52	7%
Viana do Castelo	51	2	49	4%
Paredes de Coura	1	0	1	0%
TOTAL	253	70	183	28%

CAE de Vila Real

Concelhos	Escolas em funcionamento em 2005/2006	Escolas a encerrar	Escolas a funcionar em 2006/2007	% Encerramento
Vila Pouca de Aguiar	51	38	13	75%
Boticas	12	8	4	67%
Valpaços	65	40	25	62%
Chaves	81	45	36	56%
Murça	24	13	11	54%
Santa Marta de Penaguião	19	10	9	53%
Ribeira de Pena	16	8	8	50%
Alijó	27	13	14	48%
Mondim de Basto	25	12	13	48%
Sabrosa	24	10	14	42%
Montalegre	27	11	16	41%
Mesão Frio	10	4	6	40%
Peso da Régua	26	10	16	38%
Vila Real	85	32	53	38%
TOTAL	492	254	238	52%



SPN – Área Sindical de Monção

Centro Escolar de Pomares O que foi? O que é?

Paula Cerqueira

Área Sindical de Monção

Em funcionamento desde Setembro de 2000, o Centro Escolar de Pomares foi, sem dúvida, uma aposta audaz da autarquia de Melgaço. Hoje, está integrado no Agrupamento Vertical de Escolas de Melgaço e é uma escola como todas as outras.

O Centro Escolar de Pomares (CEP) concentrou alunos de oito freguesias daquela zona montanhosa, levando, na altura, ao encerramento de sete estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo. Por outro lado, possibilitou que os alunos em idade pré-escolar pudessem frequentar pela primeira vez um jardim-de-infância, acabando com a falta de cobertura da rede de Educação Pré-Escolar (EPE) naquela zona. Nascia, assim, o Agrupamento Horizontal do Alto Mouro.

Polémicas existiram, muitas e variadas: as aldeias ficavam desprovidas da “vida” que uma escola em funcionamento provoca; as crianças eram “desenraizadas”; a aldeia perdia uma instituição; os números de lugares de trabalho poderiam diminuir; os professores receavam as mudanças; os pais preocupavam-se com várias condicionantes que iriam existir em relação à mudança...

Enfim, um sem-número de motivos que desencadearam muitas “teorias”, mais ou menos lógicas, mais ou menos legítimas.

O facto é que o CEP abriu e poucas escolhas foram dadas a todas essas “teorias”. Para gosto de uns e desilusão de outros, no primeiro dia lectivo daquele Setembro, as crianças da EPE e do 1º Ciclo foram recebidas na nova escola e deram a todos os adultos (pais, professores, ...) uma lição de adaptação e de esperança.

Em menos de três meses, aqueles pais que, por diversas razões, contrariavam (ou foram levados a con-

trariar) esta mudança, estavam convencidos de que a “troca” fora para melhor.

Condições subaproveitadas

Sobrevivendo totalmente às custas da autarquia, o CEP foi exemplo nacional, sendo visitado em diversas ocasiões por grupos de pais, professores e autarcas, oriundos de vários concelhos do país.

Foi permitido, na altura, que funcionasse com os alunos distribuídos por anos de escolaridade e que fosse atribuído a cada ano um professor. Para além dos professores titulares das turmas, foram destacados professores para dinamizarem as mais-valias que o centro possuía: informática, biblioteca, educação física, área das expressões...

Foi feito um enorme esforço de “funcionamento pedagógico

adequado”, por parte daqueles que viam no CEP uma hipótese de sucesso escolar, social e até de cidadania. As situações eram ponderadas atendendo à especificidade e ao contexto, deixando de lado o número.

Hoje, o CEP está integrado no Agrupamento Vertical de Escolas de Melgaço e é uma escola como todas as outras. A população escolar diminuiu, reduzindo para metade o número de turmas. Já não tem um professor por cada ano de escolaridade e os outros recursos humanos que existiam desapareceram.

Mantém-se, isso sim, um espaço físico maravilhoso, com óptimas condições para a dinamização pedagógica, que todos os alunos gostariam de frequentar, que todos os pais gostariam de ter para os seus filhos, que todos os professores gostariam de ter como local de trabalho, mas que já não é explorado na sua plenitude. ▶

Escolas rurais não são problema exclusivo do sistema escolar

O Sindicato dos Professores do Norte tem vindo a debater o encerramento de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico com professores, pais e autarcas, permitindo confrontar opiniões, questionar opções e sistematizar algumas das preocupações fundamentais a reaver na abordagem desta problemática.

O Decreto-Lei nº 35/88, de 4 de Fevereiro, refere no capítulo XIV (disposições finais e transitórias) que “sempre que uma escola deixar de ter frequência superior a dez alunos, será o funcionamento da mesma suspenso, salvo casos excepcionais, a fundamentar em despacho do director escolar” (artigo 70º, ponto 3). Contudo, salvo raras excepções, o seu encerramento só vinha sendo efectuado em situações limite, ditadas por factores eminentemente administrativos e financeiros, e não de ordem pedagógica ou endógena à escola. Em Outubro, o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses assinaram um acordo relativo a cartas educativas e rede escolar do 1ºCEB, comprometendo-se a encontrar soluções para o encerramento das “escolas do insucesso” – com menos de 20 alunos e taxas de aproveitamento inferiores à média nacional (89%) – e a resolver as situações de escolas que têm horário duplo e de escolas que têm menos de 10 alunos.

Contextualizando esta questão – pois é fundamental que se tenha consciência de que este processo tem raízes bem profundas –, será bom recordar que durante as décadas de 50 e 60 vingaram concepções de desenvolvimento em que este era sinónimo de crescimento económico; ideias fortemente direccionadas para o desenvolvimento da indústria e que relegaram o mundo rural para um papel secundário. Com a diminuição da actividade agrícola, assistiu-se à desintegração económica, social, cultural e ambiental do meio rural, associada a processos de perdas de identidade, de descrença, de fatalismo e de baixa auto-estima colectiva.

Escolas como pólos de desenvolvimento

No que às escolas de meio rural respeita, os problemas específicos são vários. Para as crianças, a escassez de recursos, experiências e contactos proporcionados reflectem-se no sucesso escolar, nos processos de sociabilização e autonomização.

Para as famílias, o isolamento e a desertificação dificultam a rentabilização e valorização dos saberes locais.

Relativamente aos professores, podemos mencionar a carência de recursos materiais, o isolamento profissional, a instabilidade pessoal

Rui Pedro da Silva

Área Sindical de Viana do Castelo



e familiar e a dificuldade em gerir turmas heterogéneas, no que às idades e níveis de escolaridade diz respeito.

Importa, no entanto, alertar para o facto de que “o futuro das pequenas escolas em contexto rural não constitui um problema interno ao sistema escolar, inscrevendo-se, pelo contrário, numa questão bem mais vasta que diz respeito ao futuro do mundo rural e, portanto, à configuração global da nossa sociedade” (Rui Grácio).

As pequenas escolas em meio rural, pelas suas características muito próprias, desde o contacto estreito com o meio envolvente ao tamanho dos grupos e à proximidade (material, relacional, pedagógica), reúnem condições, que quando devidamente rentabilizadas, e com a imprescindível mobilização activa dos agentes educativos comunitários, permitem a sua assunção como espaços educativos de usufruto comunitário.

Mas as escolas devem funcionar, principalmente, como espaço de participação cidadã, em que crianças, professores, famílias e comunidades são actores do seu próprio desenvolvimento.

Ou seja, uma “escola sem muros” pode/deve concorrer para o intercâmbio intergeracional e para uma concepção de mundo de verdadeira cidadania, com crianças enraizadas e autónomas, com capacidade de intervenção e potencialidade de protagonismo na própria mudança social. Se educadores/professores adoptarem esta linha de actuação, estarão a agir como agentes e a potenciar as suas escolas como pólos de desenvolvimento local. ▶



Ilustração Pedro Lino / Isto É

Manuais escolares: pedagogia ou negócio?

Henrique Borges



Procurando não exagerar a importância dos manuais escolares, apenas um de entre os vários recursos utilizados nas aulas, não se pode negar que, muitas vezes, eles constituem o único instrumento do processo ensino-aprendizagem.

O manual escolar “estruturado e dirigido ao aluno” constitui, também, em muitas situações, a única bibliografia utilizada pelo professor, chegando mesmo a funcionar como se fosse o programa da disciplina. A falta de condições da esmagadora maioria das bibliotecas escolares, bem como a ausência de meios que permitam a reprodução e divulgação de textos e outros materiais de informação, tornam quase imprescindível a utilização dos manuais, que assumem uma função modeladora e condicionadora da actividade do professor.

Por vezes, também acontece que os professores se vêem confrontados com o facto de terem que utilizar um manual escolhido por outros, que por ele optaram sem terem em conta nem a especificidade do grupo de alunos a que se destina, nem as características do professor que com ele deveria trabalhar – vale a pena lembrar que na legislação em vigor (decreto-lei 369/90) está estabelecido que “a adopção dos manuais escolares pelas escolas dos ensinos básico e secundário é feita durante as primeiras quatro semanas do 3º período do ano lectivo anterior ao início do período de vigência dos programas a que dizem respeito”. Refiro estes aspectos pelo facto de, em Dezembro, ter terminado o período de discussão pública do *Anteprojecto de Proposta de Lei* que “define o regime de avaliação e de adopção aplicável aos manuais escolares do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objectivos a que deve obedecer o apoio socioeducativo relativamente à

aquisição e empréstimo de manuais escolares”. Trata-se do diploma que vai substituir o atrás citado.

São vários os indicadores que me levam a considerar que a discussão pública do anteprojecto não teve nem a dimensão nem a profundidade desejáveis, mas não me vou referir a eles. Contudo, foram várias as associações que emitiram parecer sobre o documento: associações de pais e de professores e – porque se trata de um choroado negócio e de uma verdadeira indústria – de editores e livreiros.

De facto, nos últimos anos, temos vindo a assistir ao desenvolvimento de uma verdadeira indústria de manuais escolares, que se vão impondo mais pelo peso da respectiva editora no mercado do que pela sua qualidade científica e pedagógica.

O Governo entende que é necessária a intervenção do Estado para assegurar a qualidade dos manuais escolares, de modo a que as escolas possam escolher entre os que vierem a ser certificados. “O Estado assumirá as responsabilidades que lhe cabem, exercendo uma função reguladora que jamais deveria ter abandonado”. Terá sido este o motivo que levou o Governo a atribuir à Assembleia da República a decisão sobre o assunto?

Não sou especialista em manuais escolares. Não vou fazer uma análise do anteprojecto, nem sequer compará-lo com o quadro legal ainda em vigor. O que pretendo, aqui, é chamar a atenção, sobretudo dos professores, para duas ideias que, em meu entender, deverão ser tidas em conta.

1. Deve caber exclusivamente ao professor a responsabilidade pela escolha do manual que entenda ser o mais adequado à turma que o vai utilizar. Assim, quer os momentos de escolha dos manuais, quer os períodos de vigência, deveriam obedecer a critérios estritamente pedagógicos e científicos. Não faz sentido escolher um manual sem conhecer quem o vai utilizar, nem faz sentido que uma descoberta científica tenha que esperar pelo fim da vigência do manual para poder ser estudada pelos alunos. Aliás, seria interessante fazer um estudo sobre o tempo que decorre entre uma descoberta científica e a sua inclusão nos programas e manuais escolares...
2. Muitos professores – e sou um deles – preferem não adoptar qualquer manual. Por isso, sou de opinião que a não adopção deverá ser considerada em pé de igualdade com a adopção. Caberá, assim, às escolas a responsabilidade de propiciar os meios de ensino e de aprendizagem necessários aos seus alunos. Não vivemos nós um tempo de constantes inovações no domínio das tecnologias da informação e da comunicação?

Como respondem as escolas a estes desafios? E o que pensará a ministra da Educação sobre o assunto? ▶



Felizarda Barradas

Fenprof apresentou pré-aviso de greve



Os sindicatos que integram a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) estão a discutir, em reuniões e plenários por todo o país, a realização de uma greve às actividades de substituição e aos prolongamentos de horário, a decorrer de 20 a 24 de Fevereiro. No final dessa semana, será entregue ao Ministério da Educação um abaixo-assinado que reafirma a exigência de respeito pela profissão docente, que já recolheu mais de 40 mil assinaturas.



Horários: acentuam-se os problemas

O primeiro período do ano lectivo foi marcado pelo enorme contestação dos educadores e professores à aplicação dos despachos 16.795 e 17.387 (respectivamente de 3 e 12 de Agosto de 2005), publicados à margem de qualquer negociação e, como largamente denunciado, provocadores de profundos factores de perturbação e intranquilidade nas escolas. No dia 18 de Novembro, a resposta dos docentes foi esmagadora, sinalizando a sua indignação relativamente ao tratamento de que têm sido alvo. Agora, face ao autismo ministerial, a Fenprof tem nos seus horizontes uma semana de luta para os dias 20 a 24 de Fevereiro.



Chegados que estamos a meio do segundo período, é possível confirmar, no contacto directo com as escolas, que as orientações que têm sido divulgadas pelo Ministério da Educação – através das direcções regionais e da informação 183/JM/SEE/2005, de 13 de Dezembro – não só não corrigiram as graves irregularidades e ilegalidades criadas pelos despachos, como, em al-

guns casos, agravaram os problemas vividos em diversas escolas, não esclarecendo aspectos confusos e tendo gorado expectativas relativamente a eventuais correcções que se julgava poderem ser assumidas pelo ministério.

A própria implementação dos planos de recuperação previstos no despacho normativo 50/2005 está a revelar-se um factor acrescido de perturbação e de violação da legalidade, já que, tal como a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) tinha previsto, o número de horas de que as escolas dispõem para assegurar as aulas de apoio pedagógico previstas é insuficiente. Por isso, em muitas escolas, verifica-se que essas aulas – que deveriam ser consideradas, inequivocamente, como actividade lectiva – estão a ser realizadas na componente não lectiva.

Fenprof apresentou novas propostas

No seguimento do que já havia feito no primeiro período, a Fenprof apresentou novas propostas no quadro da exigência da suspensão dos dois despachos e da aprovação de outros que corrijam as irregularidades e ilegalidades ocorridas.

Esta iniciativa partiu, sobretudo, da constatação de que as actividades previstas nos despachos – em particular, as actividades de substituição – não proporcionam quaisquer vantagens do ponto de vista pedagógico e, pelo contrário, estão a criar novas e preocupantes situações de indisciplina dos alunos e de acrescido stress profissional dos docentes.

Um breve balanço de ocorrências verificadas permite concluir, entre outros aspectos, que:

- há educadores de infância e professores do Ensino Básico que continuam a desenvolver actividades de animação e ocupação de tempos livres nos prolongamentos de horário, apesar da

promessa – ainda por cumprir – de contratação de animadores e monitores;

- se mantêm as ilegalidades que têm marcado o serviço de “substituição de docentes em falta”, que, aliás, se pretende aplicar agora no Ensino Secundário;
- não está esclarecido que as actividades de apoio pedagógico só podem ser desenvolvidas no âmbito da componente lectiva;
- está criada uma insustentável situação quanto à eventual justificação de ausências de 45 minutos em aulas de 90.

Dada a extensão do documento da Fenprof, não cabe aqui a sua divulgação integral. Mas o seu sentido mais profundo é o que tem norteador as preocupações do Sindicato dos Professores do Norte (SPN): a clarificação dos conceitos de componente lectiva e componente não lectiva nos horários dos docentes e o respeito pela legalidade, a par da consideração de que não é indiferente a ninguém, e muito menos aos educadores e professores, a necessidade de respostas que permitam às escolas oferecer uma resposta educativa de qualidade. Neste contexto, e tal como sempre tem afirmado, o SPN considera que devem ser garantidos aos docentes das várias estruturas pedagógicas intermédias tempos comuns para a realização do trabalho colectivo, cabendo aos conselhos pedagógicos (ouvidas essas estruturas) definir os referenciais temporais.

Com o mesmo sentido, a Fenprof considera que, na ausência imprevista e de curta duração do docente, os alunos poderão ser ocupados em actividades educativas de substituição – consideradas como serviço docente extraordinário –, cabendo às escolas organizar, em espaços diversificados e devidamente apetrechados, actividades de sala de estudo, biblioteca, leitura orientada, informática e clubes, entre outras.

Paralelamente, a Fenprof anunciou publicamente o recurso aos tribunais, para exigir o estabelecido no Estatuto da Carreira Docente sobre o pagamento

das actividades de substituição como serviço docente extraordinário – princípio que o ministério insiste em violar.

Vale a pena recordar

Os despachos que regulamentam a organização e distribuição do serviço docente impuseram um conjunto de orientações que se traduziram num agravamento do desgaste profissional dos docentes e na descaracterização da profissão.

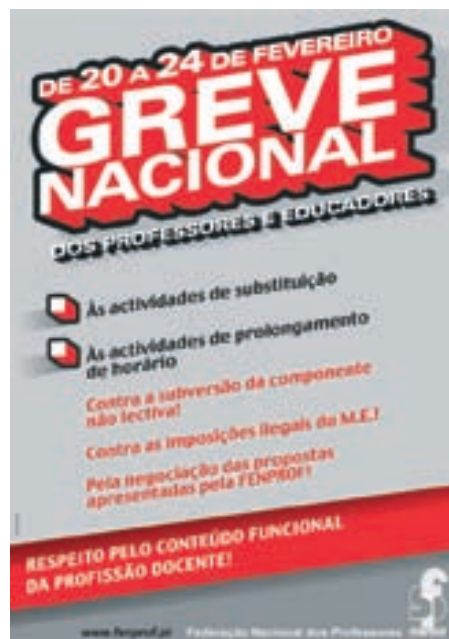
Bem cedo, os professores perceberam que, a pretexto destes despachos, estavam a ser alvo de uma campanha sem precedentes, visando apresentá-los como profissionais pouco empenhados, insensíveis às dificuldades dos alunos, primeiros e únicos responsáveis pelos problemas que marcam negativamente o sistema educativo. Por isso, no dia 18 de Novembro do ano passado, afirmaram bem alto que *exigem respeito* e que não admitem ser desvalorizados, porque estão conscientes de que dão o seu melhor pelos alunos e pela qualidade da educação.

Nesse dia, dezenas de milhares de educadores e professores fizeram a maior greve nacional dos últimos anos no sector da educação. Também nesse dia, mais de 10 mil docentes de todo o país “invadiram” Lisboa e desfilaram até ao Ministério da Educação, numa manifestação clara de que a construção de uma escola pública de qualidade passa, sobretudo, por eles.

É sabido que, na antevéspera da greve, algumas estruturas sindicais – com destaque para a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE) – se puseram de fora do processo de unidade que contribuiu

para a grande mobilização que se verificou. Desvinculação, essa, em nome de um protocolo de acordo que, como se viu na altura e confirmou posteriormente, não era mais do que um documento vago, claramente insuficiente para que se pudesse encarar a hipótese de desconvocação das acções previstas. Tanto mais que a opinião unânime entre todos os sindicatos apontava para a exigência da suspensão dos referidos despachos.

A resposta dos professores nesse 18 de Novembro foi clara, e constituiu um claro aviso, ao ministério e ao país, de que os educadores e os professores estão indignados com a forma como têm vindo a ser tratados, quer pelo Poder, quer por alguns cronistas e “fazedores de opinião”, apostados em falar de tudo, mesmo quando mal conhecem – ou desconhecem, em absoluto – o terreno da educação e a realidade das escolas. ▶



Fenprof convocou semana de luta

Se o Ministério da Educação persistir em manter uma posição contrária à negociação e, dessa forma, impedir a substituição dos despachos 16.795 e 17.387 por outros que respeitem a lei e as necessidades efectivas das escolas, a Fenprof já anunciou a decisão de propor aos educadores e professores uma semana de luta.

Nesta perspectiva, está em discussão por todo o país – em reuniões de escola/agrupamento e plenários concelhios /distritais – a realização de uma greve nacional (de 20 a 24 de Fevereiro) às actividades não lectivas, particularmente às ditas “de substituição” e ao prolongamento dos horários na Educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo.

No final dessa semana, a Fenprof procederá à entrega, no ministério, de um abaixo-assinado exigindo respeito pela profissão docente, que já recolheu mais de 40 mil subscrições. ▶

Um relatório preliminar insólito

Adriano Teixeira de Sousa

No âmbito do protocolo de acordo estabelecido entre o Ministério da Educação (ME) e três organizações sindicais, foi criado um grupo de trabalho constituído por elementos das direcções regionais de educação, da Inspecção Geral da Educação e dos gabinetes dos secretários de Estado e por representantes das organizações subscritoras: Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE), Pró-Ordem e Sindicato Nacional de Professores do Ensino Secundário (SNPES).

O grupo de trabalho ME/(alguns) sindicatos divulgou, recentemente, um primeiro relatório que procura cumprir os desideratos para que foi criado, nomeadamente “acompanhar as práticas desenvolvidas pelas escolas no que respeita à organização e distribuição do serviço docente, tendo como principais objectivos a correcção de eventuais desvios ou bloqueios e o levantamento e publicitação de boas práticas desenvolvidas pelas escolas que visem a promoção de uma escola a tempo inteiro e a ocupação plena dos tempos escolares dos alunos”.

Para lá da curiosidade de ver organizações sindicais unidas no mesmo fervor inspectivo da administração, o que ressalta da leitura deste relatório é que ele se afigura como uma descarada e vergonhosa operação de branqueamento das responsabilidades do ministério pela situação criada com a imposição dos despachos relativos à organização dos horários.

O relatório considera que aqueles despachos “representam alterações estruturais e organizativas significativas no funcionamento das escolas, contribuindo para a valorização da escola pública” e permitindo que se desenvolvam

“novas dimensões educativas de enriquecimento e complemento curricular”. Claro que ninguém reparou nisso...

A opinião das escolas e dos professores é que a implementação das orientações se traduziu num acentuar de desgaste e stresse profissional, no aumento da indisciplina, e mesmo na retracção do bom trabalho que já vinha sendo desenvolvido.

Mas o grupo também tem explicação para isso – no fundamental, *a culpa cabe às escolas*, que não estavam organizadas para poderem suprir a ausência de docentes.

Péssimo serviço aos educadores e professores

Não cabendo escarpelizar aqui o conteúdo do relatório preliminar, o que choca, fundamentalmente, é ver organizações sindicais associadas a um documento que faz tábua rasa de qualquer análise séria da situação que se tem vivido nas escolas desde Setembro. O que choca é, também, ver a displicência com que este documento se pode constituir como mais um instrumento de suporte aos discursos e estratégias que procuram desvalorizar e desrespeitar a profissão docente.

Atente-se nesta pérola, a propósito da forma como uma escola com 61 turmas e poucos espaços disponíveis assegurou o cumprimento dos despachos – elencando as vantagens da organização de horários e actividades de substituição, o relatório refere que “os professores não se concentram na sala dos professores na maledicência” [expressão entretanto retirada].

Palavras para quê? A única coisa que apetece dizer é que aquelas organizações – as mesmas que, em Novembro, assinaram o protocolo – se assumiram, consciente ou inconscientemente, como instrumento do ME para tentar desvalorizar a greve e prestaram mais um péssimo serviço aos educadores e professores. ▶



Concursos têm nova legislação

No dia 31 de Janeiro, foi publicado o decreto-lei 20/2006, que substitui o 35/2003.

Encerrou-se, assim, o processo de revisão de uma matéria de grande importância para a vida e estabilidade das escolas e dos educadores e professores.

Importância que o ministério não se cansou de salientar – mais relativamente

às escolas do que aos docentes... –, mas que a sua postura acaba por não promover,

ao negar a essência da negociação e ao não se empenhar verdadeiramente na procura

das melhores e mais consensuais soluções, apesar da abertura e empenho revelados

pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof), a fim de encontrar formas

de atingir o objectivo da estabilidade.

Se é verdade que – perante a pressão dos educadores e professores – o Ministério da Educação (ME) acabou por ceder às propostas da Fenprof em aspectos importantes, também se constata que não abandonou algumas posições que tornam o diploma agora aprovado bastante negativo para os docentes.

Num aspecto, a firmeza e a pressão da Fenprof se fizeram sentir desde logo. Inicialmente, o ME pretendia aprovar o diploma ainda

em Dezembro, com os professores fora das escolas, mas tal não se concretizou porque fomos intransigentes na defesa da aplicação da Lei da Negociação e dos prazos nela estabelecidos. Conseguiu-se, assim, prolongar o ciclo de reuniões, permitindo que mais algumas propostas pudessem ser debatidas e, em alguns casos, aceites.

Ainda assim, o processo não deixa de ficar negativamente marcado pela excessiva rapidez com que decorreu, o que só pode ser imputado ao ME. Se logo em 2 de Setembro o primeiro-ministro anunciara a intenção de introduzir concursos plurianuais, não se pode aceitar de bom grado que só em meados de Novembro o ME tenha entregue aos sindicatos um primeiro documento, que, ainda por cima, mais não era do que um conjunto de 9 pontos, pomposamente apelidado de

“memorando”. Só a 5 de Dezembro a Fenprof recebeu, finalmente, a primeira versão do anteprojecto de decreto-lei...

Seguiu-se um conjunto de reuniões em que se debateram as questões mais sensíveis, procurando a Fenprof respeitar os princípios básicos que sempre defendera, designadamente o respeito pela graduação profissional e a manutenção de concursos anuais.

Foi na fidelidade a esses princípios que, por exemplo, se propôs o fim das reconduções dos docentes de quadro de zona pedagógica (QZP), que o ME veio a aceitar, e a possibilidade de adopção de um modelo plurianual de colocação que não inviabilizasse o carácter anual do concurso – neste caso sem a cedência do ME –, apesar de tal permitir, também, a almejada estabilidade das escolas.

Não queremos acreditar que foi apenas por teimosia que o ME não aceitou esta última. Pensamos que o tempo dedicado à negociação

não terá sido o suficiente para estudar o seu real impacto, optando pelo caminho mais fácil e não abdicando da sua posição inicial.

Assim, e apesar de desenvolvimentos positivos noutras matérias – algumas bastante importantes –, o ME sabia desde o início que seria impossível chegar a acordo com a Fenprof.

Saldo negativo

A Fenprof considera que neste processo se obtiveram alguns resultados positivos, decorrentes da forte pressão e da luta dos educadores e professores, o que confirma o que muitos há muito sabem, mas outros podem, por vezes, esquecer: vale sempre a pena lutar! Foi essa luta que deu força à actuação da Fenprof na negociação, onde apresentou e defendeu propostas que forçaram o ministério a recuar em algumas das piores intenções.

No entanto, o carácter negativo de algumas posições justifica a não subscrição de um acordo global e obriga a que sejam tomadas medidas para alterar esses aspectos, as quais deverão envolver ao máximo possível os docentes, designadamente participando nos plenários e nas reuniões de escola/agrupamento.

Assim, o SPN e a Fenprof disponibilizam-se para continuar a lutar por um novo concurso já no próximo ano, para o que contam com o apoio dos educadores e professores no suporte às posições de princípio que há muito vêm defendendo, designadamente o direito à vinculação dos contratados e uma maior abertura de vagas nos quadros de escola, principal forma de promover a estabilidade das escolas e dos docentes. +



Questões negativas

- **Carácter plurianual do concurso**, tanto para ingresso nos quadros, como para afectação e destacamentos. Na prática, significa o congelamento da abertura de vagas de quadro por períodos de 4 anos (3 no primeiro concurso) e o impedimento de ingresso anual nos quadros de docentes contratados.
- **Eliminação de critérios para abertura de lugares de quadro em novas escolas.** Restrição grave, pois é pela abertura de lugares que as escolas e os professores podem encontrar a verdadeira estabilidade (a Fenprof apresentou propostas no sentido de adequar os quadros das escolas às suas reais necessidades, mas o ME não só não as aceitou como restringiu ainda mais os critérios).
- **Ausência de mecanismos de vinculação de docentes contratados**, apesar de se prever a sua necessidade por períodos alargados de tempo, como o confirma a proposta de renovação de contratos.
- **Carácter restritivo da quantidade e tipo de preferências a manifestar na candidatura.** Aumento insuficiente do número de escolas (de 75 para 100, quando a Fenprof propusera 150, e apenas 50 para efeitos de destacamento para aproximação) e não consideração da possibilidade de candidatura a concelhos (destacamentos para aproximação) ou distritos (em nenhuma hipótese).
- **Possibilidade de renovação de contratos**, que poderá remeter para o desemprego docentes que, pela sua graduação, eram os que estavam mais próximos de entrar nos quadros. Problema agravado pelo facto de se exigir um parecer da escola com vista à eventual renovação.
- **Eliminação, a muito curto prazo, da possibilidade de candidatura de docentes com habilitação própria**, ainda que com vários anos de serviço, mantendo a exigência de mais de seis anos de serviço para se poderem apresentar a concurso (após 2007/2008).
- **Tratamento desigual entre docentes** das áreas geográficas de Lisboa e Porto e os que se encontram em escolas de outras regiões (no âmbito das transferências por ausência de serviço e dos destacamentos para aproximação) – os segundos têm como restrição de mobilidade ou de transferência compulsiva o respectivo concelho; os de Lisboa e Porto estão sujeitos a um conjunto bem mais alargado de concelhos.
- **Conceito restritivo e ilegal de necessidades educativas especiais**, limitado às situações de “carácter prolongado”. A abertura de vagas em quadros de agrupamento (na prática) e a não consideração da especialização como habilitação profissional nos grupos de recrutamento a criar (E1, E2 e E3), são outras questões negativas.
- **Manutenção dos actuais QZP** em áreas geográficas muito extensas.
- **Consideração de formações complementares**, em regime de opção, para efeito de classificação profissional de licenciados, cuja formação inicial era o bacharelato (a Fenprof defende tratamento igual para todos os docentes, devendo apenas ser considerada a classificação que conferiu habilitação profissional para a docência).
- **Possibilidade de suspensão das contratações cíclicas no final do primeiro período**, ainda que continue a existir lista de candidatos por colocar.
- **Não previsão de apresentação a Junta Médica de todos os candidatos a destacamento por condições específicas**, limitando-se aos do designado “foro psiquiátrico”, bem como a manutenção de exigência de uma declaração que, nos termos previstos, raramente poderá ser passada e que restringe as unidades de saúde com competência para a passar.
- **Prioridade à classificação profissional para desempate entre candidatos**, em detrimento do tempo de serviço.
- **Redução do prazo para apresentação de candidaturas** de 8 para 5 dias úteis. ▶

O lado positivo

- **Manutenção da figura de “destacamento para aproximação”** nos exactos termos propostos pela Fenprof, no que respeita à prioridade e ordenação dos candidatos (poderia ter-se ido mais longe, se não fossem restringidos os destacamentos nas áreas de Lisboa e Porto não se limitasse a 50 o número de estabelecimentos, o que introduz o factor sorte no que deveria ser determinado pela graduação dos candidatos).
- **Eliminação do mecanismo de recondução**, que pervertia a graduação profissional dos docentes dos QZP e eliminava milhares de vagas para preenchimento por afectação e/ou destacamento para aproximação.
- **Admissão do intervalo de 8-11 horas para preenchimento por contratação cíclica e não por oferta de escola** (a Fenprof propunha que o intervalo se iniciasse nas 6 horas lectivas).
- **Previsão de uma solução definitiva para portadores de incapacidade permanente** (visual, auditiva ou outra) que comprovadamente dificulte ou impeça a sua mobilidade, em termos que determinem a habituação do professor a determinada escola ou a adequação/adaptação desta ao docente.
- **Colocação dos destacamentos por condições específicas em prioridade que permite a sua aplicação.** Esta solução exige um rigoroso controlo de todas as situações. Daí a preocupação da Fenprof com a não exigência de submissão prévia e generalizada a Junta Médica. Também é positivo que, apesar de o destacamento ser plurianual, seja feita a prova anual da situação que o justifica.
- **Inclusão na primeira prioridade do concurso externo** dos professores profissionalizados que leccionam em estabelecimentos de ensino sob tutela de outros ministérios, bem como os que se encontram na “cooperação” nos PALOP, ou no Ensino Português no Estrangeiro.
- **Previsão da existência de processo de reclamação em todos os momentos do concurso.**
- **Consideração do tempo de serviço prestado no Ensino Superior.** ▶

ME precipita alterações dos grupos de recrutamento

No dia 13 de Dezembro, o Ministério da Educação (ME) apresentou à Fenprof uma proposta de alteração dos actuais grupos de docência, agora designados grupos de recrutamento. Desde logo, foi claro que a data de entrega desse anteprojecto traduzia a leviandade com que uma matéria tão importante para os professores e para as escolas estava a ser tratada, permitindo-se muito pouco tempo para a sua discussão.

Imediatamente após a recepção do anteprojecto, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) colocou um conjunto de questões que não estavam minimamente claras no documento, as quais entregou ao ME em 27 de Dezembro, na perspectiva de que pudessem ter respostas clarificadoras na reunião sobre concursos que se realizaria no dia seguinte. Não foi o que aconteceu, alegando os interlocutores ministeriais não ter tido tempo para as estudar. Das várias questões então apresentadas, salientamos as seguintes:

- os docentes dos actuais grupos bidisciplinares poderiam candidatar-se, em concurso interno, a vagas de todos os novos grupos de recrutamento para que estivessem habilitados, ou teriam que optar por um deles?
- quais as implicações da recuperação de vagas dos grupos acima indicados apenas nos novos grupos de Português e de Inglês? Não conduziria à rápida extinção dos grupos de Latim/Grego, Alemão e até Francês? [o Francês é a disciplina esmagadoramente escolhida pelos alunos como segunda língua estrangeira e é obrigatória no 3º Ciclo do Ensino Básico] Se um professor do actual grupo 21 (Francês/Português) mudasse de escola e a vaga fosse automaticamente recuperada no grupo de Português, como iria o ME assegurar que o docente que recuperasse a vaga possuía a habilitação necessária para as horas de Francês que o horário contivesse (que até podem ser todas)?
- como explicar a ausência de referência aos actuais grupos 12 (Mecanotecnica), 14 (Construção Civil) e 29 (Secretariado)? São pura e simplesmente extintos?
- nos grupos que resultam da fusão de vários grupos actuais, como, por exemplo, o que resulta da junção de Contabilidade e Administração (18) e Economia (19), como pretendia o ME assegurar a leccionação de certas disciplinas, sobretudo no Ensino Secundário, por docentes com adequada formação?

- por que razão o actual grupo 35 (Hortofloricultura e Criação de Animais) não era também integrado no novo grupo de Educação Tecnológica, uma vez que estes docentes têm formação para esta disciplina?

Fenprof sem resposta do ME

A este conjunto de questões, o ME não só não respondeu na reunião de 28 de Dezembro, como não o fez nas de 5 e 10 de Janeiro, parecendo até que as dúvidas que se colocavam eram, também, dúvidas do ministério. O que é grave. Aliás, o ME veio a entregar, em 16 de Janeiro, uma nova versão do anteprojecto que não respondia, ainda, a qualquer das questões apresentadas pela Fenprof. Foi nesse dia que se realizou a que veio a ser a única reunião para discussão desta matéria, ainda por cima assumida pelo ME como meramente técnica, não tendo comparecido qualquer dos secretários de Estado.

E na versão que foi aprovada em Conselho de Ministros (19 de Janeiro) só uma das situações teve resolução, ainda que imperfeita. Concretamente, os actuais grupos 12, 14 e 29 aparecem integrados no conjunto de formações para o novo grupo de Educação Tecnológica. Sendo, evidentemente, melhor que o simples desaparecimento, não acautela a leccionação de disciplinas específicas do Ensino Secundário, problema aliás comum a outras formações.

Como se já não bastasse, o apuramento de vagas para o concurso de 2006-2007, a abrir previsivelmente ainda este mês, foi efectuado à margem das alterações que o diploma recentemente aprovado introduz em matéria de recrutamento de docentes, pelo que a sua aplicação ao próximo concurso se prevê, no mínimo, muito problemática.

A situação criada e a confusão instalada agravaram-se com a recente publicação da Portaria nº 88/2006, de 24 de Janeiro, que adita às habilitações próprias para os 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário uma série de cursos para grupos que, de acordo com o diploma legal agora aprovado, deixarão de existir...

Por todas estas razões, a Fenprof exige a imediata suspensão do diploma em causa, responsabilizando o ME pelas confusões que poderão surgir nos próximos concursos. Se assim não acontecer, infelizmente, só nos restará esperar o pior já no próximo concurso.

O Sindicato dos Professores do Norte e a Fenprof reafirmam, ainda, a necessidade de uma ponderada e cuidada revisão das habilitações para a docência, tal como defendem há largos anos. Contudo, esta não pode ter como objectivo primeiro ou exclusivo, como acontece com o presente diploma, "permitir racionalizar a gestão dos recursos humanos" à custa da perda de direitos adquiridos pelos docentes e da redução da qualidade da resposta que se exige que a escola pública dê aos alunos. ▸



Sindicatos rejeitam contratação pelas escolas ou autarquias

Maria de Lurdes Rodrigues anunciou, em finais de Novembro, que o Ministério da Educação vai assinar, já no próximo ano lectivo, contratos de autonomia com cerca de 20 escolas/agrupamentos, para os quais serão transferidas competências actualmente centradas na tutela.

Considerando que a autonomia das escolas permite uma racionalização global de recursos e ganhos ao nível da qualidade, a ministra referiu a necessidade de definir que competências serão descentralizadas, uma vez que a autonomia pode acarretar riscos, por exemplo a nível da contratação de docentes – “há o receio de prevalecerem critérios de clientelismo sobre critérios universais ligados à graduação ou ao mérito dos professores” – e ao nível do currículo, matéria em que “há enormes vantagens em preservar algum centralismo, nomeadamente para garantir a universalidade de competências básicas e para poder haver uma comparação entre a qualidade do ensino prestado”.

Mais recentemente, o presidente da Câmara de Gaia, defendeu um modelo “inovador” de gestão, tornando pública a intenção de celebrar contratos-programa com o ME, já no próximo ano lectivo, tendo em vista a “total transferência de competências pedagógicas e de gestão de recursos humanos das escolas” para o Poder Local, no âmbito da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo. Segundo foi noticiado, Luís Filipe Menezes manifestou, também, a disponibilidade da autarquia para, a título experimental, ficar com a gestão das escolas básicas 2/3 e secundárias do concelho. Segundo o autarca, a ministra “mostrou-se receptiva a esse tipo de contratualização”.

Na mesma ocasião (20 de Janeiro), foi anunciado que a Câmara Municipal de Gaia admite lançar, até ao final do ano, concursos para a construção e gestão de novas escolas na cidade, numa parceria público-privada. Na opinião do autarca, “a iniciativa privada pode ser constituída pelos próprios pais, recorrendo à banca. Depois, o investimento será ressarcido através de contratos-programa estabelecidos com o município, que se compromete a pagar uma verba anual por aluno”. Na prática, e citamos, esta medida “será a implementação de colégios privados para todos, ou seja, a democratização do sistema de ensino”.

Menezes referiu, ainda, que poderá haver estruturas burocráticas ou sindicais contra a mudança, mas que isso não o preocupa minimamente.

Fechar a porta ao clientelismo

Quando se pretendem desvalorizar opiniões diferentes, é útil considerar que quem critica o faz porque é avesso à mudança. Acontece que a mudança não tem sempre um sentido positivo e que os sindicatos têm o direito e o dever de questionar – e contrariar, quando necessário – as mudanças propostas.

Foi isso que fizeram quando, na discussão da nova Lei de Bases da Educação, aprovada pela então maioria PSD/CDS-PP no Parlamento e vetada pelo Presidente da República, se opuseram à substituição do conceito de escola pública pelo de serviço público de educação (subjacente à proposta do autarca de Gaia), afirmando que a Constituição atribui ao Estado a responsabilidade da criação e financiamento de uma rede pública nacional de educação e ensino, que garanta a universalidade do acesso e a igualdade de oportunidades.

No que diz respeito à gestão do pessoal docente, se os sindicatos rejeitam a contratação pelas escolas e/ou pelos municípios, não é por terem medo de perder poder, mas porque consideram que a situação de enorme instabilidade a que ainda estão sujeitos se veria agravada nesse contexto. Basta ver o que acontece na Região Autónoma da Madeira – renovação dos contratos de docentes dependente de parecer positivo do órgão de gestão – ou estar atento à forma como, em muitos municípios, são recrutados os funcionários da autarquia, para compreender que um sistema de colocação de professores levado a cabo pelas escolas ou pelos municípios não dá garantia de transparência e equidade.

Ainda há tempos, o «Público» divulgou um estudo sobre experiências de municipalização em alguns estados do Brasil, onde era sublinhado que a contratação dos docentes ao nível local tinha provocado um aumento de clientelismo, do sentimento de insegurança e de desmotivação dos professores.

Não será o receio de poderem vir a ser, uma vez mais, acusados de corporativismo, que levará os educadores e professores portugueses, e as suas organizações sindicais, a aceitarem que semelhante medida seja concretizada, porque, para além de representar um sério revés para a sua autonomia profissional, constituiria um retrocesso no plano de uma vivência democrática.

Por mais que isso custe ao autarca de Vila Nova de Gaia... ▶

Salários sempre a descer

Henrique Borges

No dia 28 de Dezembro, Teixeira dos Santos entregou à Frente Comum uma proposta – primeira e última – relativa ao processo de “negociação” salarial. Pretendendo responder às reivindicações dos sindicatos, a proposta não foi objecto de qualquer negociação e, a concretizar-se, vai degradar ainda mais o poder de compra dos trabalhadores portugueses. O primeiro-ministro prometeu aumentos salariais acima da inflação – não cumpre e não negocia. Sobra-lhe em arrogância o que lhe falta em capacidade negocial e postura democrática.

O Governo pretende “que o aumento da tabela salarial da função pública funcione como um dos instrumentos de referência para o total dos aumentos salariais na economia”, onde “se deve seguir uma política de moderação salarial que tome como referência, não a inflação (cujos diferenciais face à área do euro têm vindo a esbater-se), mas a evolução relativa dos custos unitários do trabalho, contribuindo-se, assim, para o controlo da deterioração da competitividade da economia portuguesa”.

Quer isto dizer que, tal como os anteriores, também este Governo pretende resolver o problema da competitividade da economia portuguesa à custa de uma política de baixos salários.

Faz sentido lembrar aqui as decisões do Conselho de Ministros de 2 de Julho do ano passado, que consubstanciaram, no sector da Educação, o mais violento ataque desferido contra a classe docente. Foram atacados os direitos dos professores, dos educadores e dos investigadores, e foram atacadas as bases democráticas do sistema educativo.

Com o argumento, sempre o mesmo, do “combate ao défice”, este Governo não só congelou as carreiras, como decidiu “a não contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão”. No que respeita às condições de aposentação, agravou ainda mais as medidas impostas, em 2003, por Manuela Ferreira Leite, ao aprovar a fórmula “65 anos de idade e 40 anos de serviço”. Aprovou a revogação do regime de aposentação da monodocência, a redução do montante das pensões para menos de 80% e o aumento

da carga fiscal sobre as pensões. Impôs unilateralmente o valor do aumento salarial para os próximos quatro anos e reduziu o salário dos professores em situação de doença. Revogou os direitos dos docentes com horários-zero, o artigo 121º do Estatuto da Carreira Docente, referente ao ano antes da aposentação, e acabou com a figura do professor-estagiário.

Proposta da Frente Comum

Sem qualquer negociação, como a lei obriga, e numa atitude de arrogância e prepotência que julgávamos arredada, o ministro das Finanças apresentou uma proposta de actualização salarial de 1,5% e aumentos diferenciadas para as pensões entre 1,5% e 2,5%.

Assim, se se confirmarem as próprias previsões governamentais de 2,3% para a inflação em 2006 – valor que para o Banco de Portugal

se situará nos 2,5% –, o aumento salarial fica 0,8 pontos percentuais abaixo, somando-se à perda do poder de compra de quase 5% que os funcionários públicos acumulam desde 2000. Entre 2000 e 2006, a inflação aumentará 21,2% e os salários 15,45%. Foi com base neste diferencial que a Cimeira da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública aprovou a proposta reivindicativa para 2006 apresentada ao Governo.

Para além de uma efectiva e séria negociação, os sindicatos reivindicam a actualização dos salários, das pensões e das restantes prestações pecuniárias em 5,5%. Reivindicam, também, entre outros aspectos, a actualização gradual dos valores das prestações da ADSE, no sentido da aproximação aos custos dos encargos com cuidados de saúde e da melhoria e actualização das listagens com direito a comparticipação. A actualização dos escalões do IRS acima da inflação, bem como a dedução em sede de IRS das despesas com formação profissional e equipamento para exercício de funções, é outra das exigências dos trabalhadores.

Faz sentido recordar que, em Junho, na primeira versão do Programa de Estabilidade e Crescimento, o Governo previa para a Administração Pública uma “actualização salarial de 2% ao ano” no período de 2006-2009. E faz sentido salientar que o Orçamento de Estado para 2006 permite aumentar as despesas com as remunerações dos trabalhadores da Administração Pública em 3,9%.

A concluir, vale a pena transcrever a proposta do Governo referente ao subsídio de refeição: “Propõe-se a actualização de 2,3%. Não assumindo este subsídio a feição de uma contrapartida do trabalho prestado, pretende-se assegurar, com uma actualização igual à taxa de inflação esperada, que os funcionários não vejam diminuído o poder de compra subjacente ao subsídio de refeição vigente”.

Afinal, o Governo está preocupado com a perda do poder de compra dos trabalhadores. Mas só à refeição... ▶



SPN promove encontro de quadros do 1ºCEB

Tal como ficou visto e aprovado na última reunião do Departamento da Educação Básica, em reconhecimento da especificidade de algumas matérias respeitantes ao 1º Ciclo do Ensino Básico (1ºCEB), o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) vai promover, no dia 10 de Março, no Porto (local a designar), um Encontro Regional de Quadros Dirigentes do sector, com o objectivo de promover a reflexão sobre as mais diversas matérias com ele relacionadas.

Pretende-se, assim, que em conjunto possamos reflectir e analisar as profundas alterações que o Governo tem introduzido no sector – algumas desconexas, outras enquadradas por uma visão deficitária da profissão, outras, ainda, de pura motivação economicista –, por forma a encontrarmos as respostas adequadas às ofensivas que se advinham com este processo de revisão.

E matéria para reflexão não nos falta. Apenas alguns exemplos: reordenamento da rede escolar, com o conseqüente encerramento de escolas; agrupamentos; equipas educativas; financiamento/condições de trabalho; actividades extra-curriculares; avaliação de desempenho.

Efectivamente, são múltiplas as problemáticas que devem merecer, por parte de todos nós, um atenção muito especial. É numa tentativa de promoção de alguma reflexão coerente e sistematizada que se disponibiliza no sítio do sindicato na internet (www.spn.pt) um texto produzido pela Coordenação Nacional (Fenprof), que mais não tem do que o objectivo de servir como um ponto de partida para a reflexão no encontro, que se deseja o mais participado possível. A este texto junta-se a publicação do manifesto “Por uma Nova Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico”, que, dada a sua centralidade nas preocupações do sector, será objecto de referência. ▶

Informações importantes

ORÇAMENTO APROVADO. A Assembleia Geral Ordinária de sócios do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), que reuniu descentralizadamente nas sedes do Porto e das áreas sindicais, no dia 25 de Janeiro, aprovou o orçamento e o plano de actividades do SPN para 2006. Por limitações editoriais, o «SPN-Informação» apenas no próximo número publicará os dois documentos (entretanto disponíveis na internet, em www.spn.pt).

DEUTSCHE BANK. A Direcção SPN renegociou o protocolo assinado com esta instituição bancária, obtendo condições ainda mais favoráveis para os sócios eventualmente interessados. Para conhecer as condições actualizadas do protocolo, recomenda-se a consulta da página do SPN na internet ou o contacto com as áreas sindicais.

A LOJA DO AVÔ proporciona aos sócios do SPN e seus familiares: atendimento personalizado por terapeutas ocupacionais; avaliação domiciliária gratuita para eliminação de barreiras arquitectónicas; acesso gratuito a formação e palestras na área da saúde; desconto de 3% nos produtos adquiridos n’A Loja do Avô (Rua Antero de Quental, 75/B, no Porto – telef. 225 093 022); cartão de cliente com descontos em viagens, actividades culturais, programas de lazer, etc.

APOSENTADOS. Ainda se encontram abertas as inscrições para o passeio à Grécia (com cruzeiro incluído) que o Departamento de Professores Aposentados está a promover. Com partida a 29 de Abril e chegada a 8 de Maio, a viagem inclui visitas a Atenas, ilhas de Aegina, Poros e Hydra, Olympia, Delfos, Pireus, Myconos, Rhodes, Patmos e Kusadasi. Os sócios do SPN e parentes directos pagam 1.650€ (suplementos de 285€ para quarto individual e de 50€ para cabina exterior na embarcação do cruzeiro); aos não sócios são cobrados 50€ de inscrição. ▶



Ana Alvim

Agenda sindical

FEVEREIRO

- 15** Coordenação Nacional do 1º Ciclo (Fenprof, Lisboa)
- 15 e 22** Reunião do grupo de trabalho sobre o Estatuto da Carreira Docente (Fenprof, Lisboa)
- 18** Reunião de Preparação do Fórum Social Português (SPN, Porto)
- 20 a 24** Greve nacional às actividades de substituição e ao prolongamento dos horários
- 25** Workshop “(Re)Viver Abril com Zeca Afonso – para uma didáctica da unidade”, integrado na homenagem a José Afonso (Centro Cultural Vila Flor, Guimarães)

Plenários e reuniões de escola/agrupamento

- Amarante.** Reuniões (08 a 21).
Plenários: **Baião (15)**, **Marco de Canaveses (17)**, **Felgueiras (22)**, **Amarante (23)**
- Braga.** Reuniões (07 a 16)
- Mirandela.** Plenários: **Vila Flor (15)**, **Mirandela (16)**, **Alfândega da Fé (17)**
- Penafiel.** Reuniões (7 a 23).
Plenários: **Penafiel (15)**, Ensino Especial), **Paredes (21)**
- Porto.** Reuniões (até 18)
- P. Varzim.** Reuniões (01 a 17)
- S. M. Feira.** Plenário: **Ovar (21)**
- V. Castelo.** Reuniões (até 14).
Plenários: **Caminha e V. N. Cerveira (15)**
- V. N. Famalicão.** Plenário:
V. N. Famalicão (14), Ensino Especial)

MARÇO

- 10** Encontro de Dirigentes Sindicais do 1º Ciclo (SPN, Porto)

Desemprego e precariedade no Ensino Superior

Fernando Bessa e Mário Carvalho

Afrontando a inércia e, há que reconhecê-lo, também o desinteresse pela participação sindical e a acção colectiva organizada – cujas causas e história merecem uma discussão mais alargada que não cabe aqui neste momento –, quase três centenas de docentes reuniram-se no Instituto Superior de Engenharia do Porto, por convocatória do Sindicato dos Professores do Norte (SPN/Fenprof), para analisar a proposta de regulamento relativa ao “Recrutamento de pessoal Especialmente Contratado – Bolsa de Emprego”.

A situação é bem conhecida por todos os que trabalham no Ensino Superior, atingindo dimensão intolerável nas escolas politécnicas. Trata-se de um problema que não é novo, antes tem raízes que remontam, pelo menos, à entrada em vigor dos actuais estatutos que regulam as carreiras dos dois subsistemas. A situação foi agravada pela prática, prevista nos estatutos, embora excepcionalmente, da contratação de docentes sob a forma do regime de convidado e/ou colaborador em lugar do concurso público. Se em alguns casos se justifica – garantir a colaboração de determinadas pessoas, cujas competências muito específicas são essenciais para garantir a disseminação do saber e o desenvolvimento da investigação –, em geral, tem servido para contratar precários, não raro inseridos em contextos de redes clientelares, nomeadamente de âmbito local.

Ao ligar a nomeação definitiva – de que depende vínculo estável e sem limite temporal à entidade empregadora, neste caso o Estado – ao exercício da profissão como professor auxiliar durante pelo menos cinco anos (universidades) ou à obtenção de um lugar de quadro como professor adjunto ou professor coordenador (politécnicos), o ordenamento jurídico agrilha os docentes do Ensino Superior por longos anos, frequentemente preenchendo mais de duas décadas de trabalho de vínculo precário, à instituição na qual exercem a docência e a investigação.

Se, no passado, esta situação não tinha repercussões graves na vida profissional e nos destinos pessoais dos docentes, hoje estamos perante um cenário completamente diferente – a redução do número de alunos, a par da luta contra o défice orçamental, colocou uma boa parte dos colegas perante o problema do desemprego.

SPN reuniu com presidente do IPP

É neste contexto que devemos analisar e reflectir sobre o movimento em curso no IPP e a reunião de 25 de Janeiro, convocada pelo Sindicato dos Professores do Norte (SPN/Fenprof).

Após viva discussão, a assembleia entendeu manifestar ao presidente do IPP a sua concordância com os princípios da ampla publicitação das necessidades de recrutamento e da transparência dos processos de selecção que privilegiem os mais competentes e qualificados e com os procedimentos a adoptar no recrutamento de novos docentes na qualidade de pessoal especialmente contratado, conforme a Resolução CG-04/2005 do Conselho Geral do Instituto.

Relativamente à extensão dessa medida a todos os actuais docentes de carreira (assistentes), equiparados e encarregados de trabalhos que não têm contratos de substituição temporária ou a termo certo, os presentes expressaram a mais viva oposição, uma vez que configuraria uma política institucional conduzida à margem do Estatuto de Carreira Docente e lesiva do seu cumprimento. Esta medida geraria um clima de profunda instabilidade, inevitavelmente lesivo do adequado funcionamento das escolas do IPP, particularmente gravoso numa fase de transição e de crise do Ensino Superior.

Na sequência desta acção, o SPN reuniu com o presidente do IPP para analisar a situação, incluindo a troca de pontos de vista sobre os desafios que se colocam ao Ensino Superior, mormente no que se relaciona com a estabilidade profissional e o desenvolvimento das carreiras. Tivemos oportunidade informar detalhadamente sobre a apreensão geral que os docentes expressaram e sobre as críticas que mereceu o projecto de regulamento.

Após a reunião, que decorreu de modo muito construtivo, podemos anunciar que o presidente do IPP, cujas preocupações dominantes são a transparência dos processos de recrutamento e selecção, vai reformular o projecto com base nos pareceres e

comentários apresentados. Entre outros aspectos, foi garantido que a renovação dos contratos dos actuais docentes não será sujeita a mudança de categoria ou de regime (100% ou tempo parcial) e que nenhum deles será colocado em bolsa de emprego.

Manter a mobilização

O SPN considera o compromisso obtido globalmente positivo, traduzindo um salto qualitativo importante face ao inicialmente proposto, apesar de discordar que as “promoções” – por exemplo, as poucas passagens de equiparado a assistente e equiparado a adjunto – sejam sujeitas à bolsa de emprego, por considerar que corresponderá a um cancelamento das possibilidades de progressão na carreira dos docentes.

Provou-se, uma vez mais, que a mobilização e a acção colectiva organizada – raras no Ensino Superior – podem obter resultados positivos. Daqui decorre a necessidade de reforçar a participação sindical, peça-chave na defesa dos interesses dos docentes e das próprias instituições.

Resta solicitar a todos que reflectam sobre a questão e se mantenham informados e atentos, pois a situação no sector e as próximas transformações vão continuar a gerar instabilidade. ▶

Reuniões sindicais

O decreto-lei 84/99 regula o exercício da actividade sindical dos trabalhadores da Administração Pública.

De acordo com esse decreto, os trabalhadores gozam do direito de reunião nos locais de trabalho, fora ou dentro das horas de serviço, quando as reuniões são convocadas pelas associações sindicais e comunicadas ao dirigente máximo de serviço com a antecedência mínima de 24 horas.

As reuniões convocadas dentro do horário de serviço terão de ser por motivos excepcionais e não podem exceder 15 horas por ano.

Assim, os professores poderão participar em qualquer reunião sindical, desde que não excedam as 15 horas anuais, sem que necessitem de pedir qualquer autorização. ▶



Faltas para assistência a filhos maiores de 10 anos e outros familiares

A lei da protecção da maternidade e paternidade (lei 4/84) foi revogada pelo Código de Trabalho (anexo à lei 99/2003), o qual foi regulamentado pela lei 35/2004.

As faltas para assistência a filhos maiores de 10 anos e outros familiares encontram-se previstas no artigo 110º da lei 35/2004, que estabelece o direito a faltar até 15 dias por ano por esse motivo. Essas faltas contam para antiguidade, mas não dão direito à retribuição.

De acordo com um parecer da Caixa Geral de Aposentações, essas faltas não são consideradas para efeitos de aposentação, pois não são equiparáveis à prestação de serviço efectivo. ▶

Bonificação da assiduidade

O artigo 104º do Estatuto da Carreira Docente, entretanto revogado pelo Decreto-Lei nº 229/2005, de 29 de Dezembro, determinava que “aos docentes em exercício efectivo de funções docentes que no decurso do ano escolar não derem faltas, ainda que justificadas, é concedida uma bonificação anual de 30 dias, para efeitos de aposentação”.

No entanto, o artigo 6º do decreto-lei 229/2005 salvaguarda a aplicação do artigo 104º ao tempo de serviço prestado até 31 de Dezembro de 2005. ▶

Legislação

DEZEMBRO 2005

I Série A

09. Decreto-lei 214/05

Altera a composição do Conselho Nacional da Educação, acrescentando representantes do Instituto Nacional de Administração, do Instituto de Emprego e Formação Profissional, das associações das escolas profissionais, do Conselho dos Laboratórios Associados e dos estudantes do Ensino Superior.

28. Decreto-lei 227/05

Define o novo regime de concessão de equivalência de habilitações estrangeiras dos ensinos Básico e Secundário.

29. Lei 59/05

Primeira alteração à Lei nº 5/01, de 2 de Maio, que considera o tempo de serviço prestado na categoria de auxiliar de educação pelos educadores de infância habilitados com cursos de formação para efeitos da carreira docente, e ao decreto-lei nº 180/93, que determina a transição dos auxiliares de educação dos serviços e estabelecimentos do sector da Segurança Social para a carreira de educadores de infância.

29. Lei 60/05

Estabelece mecanismos de convergência do regime de protecção social da função pública com o regime geral da Segurança Social no que respeita às condições de aposentação e cálculo das pensões.

30. Decreto-lei 234/05

Procede à terceira alteração do Decreto-Lei nº 118/83, de 25 de Fevereiro, que estabelece o funcionamento e o esquema de benefícios da Direcção-Geral de Protecção Social aos funcionários e agentes da Administração Pública (ADSE).

I Série B

29. Portaria 1.329/05

Estabelece o ajustamento anual da rede escolar para 2005/06, com a consequente criação, extinção e transformação de escolas.

II Série

16. Despacho 25.994/05

Cria um grupo de trabalho incumbido de acompanhar as práticas desenvolvidas pelas escolas no que respeita à organização e distribuição de serviço docente.

21. Despacho 26.377/05

Determina a utilização de programas informáticos em todos os estabele-

cimentos de ensino públicos para assegurar uma gestão mais eficaz.

JANEIRO 2006

I Série A

31. Decreto-lei 20/06

Revê o regime jurídico do concurso para a selecção e recrutamento do pessoal docente da Educação Pré-Escolar e dos ensinos Básico e Secundário, revogando o Decreto-lei nº 35/03, de 27 de Fevereiro.

I Série B

06. Despacho Normativo 1/06

Regulamenta a constituição, funcionamento e avaliação de turmas com percursos curriculares alternativos. Revoga o despacho nº 22/SEEI/96, de 20 de Abril.

24. Portaria 88/06

Reconhece novos cursos do Ensino Superior como habilitação própria para a docência.

27. Despacho Normativo 4/06

Introduz alterações ao regime de avaliação dos alunos do Ensino Secundário que frequentam os cursos criados

ao abrigo do Decreto-lei nº 286/89, de 29 de Agosto.

30. Despacho Normativo 5/06

Fixa o montante das prestações mínimas no pagamento das dívidas de quotas à Caixa Geral de Aposentações, por contagem de tempo de serviço para efeitos de aposentação e de pensão de sobrevivência.

II Série

05. Despacho 267/06

Concessão de equiparação a bolseiro para o ano escolar 2005/06 para educadores e professores dos ensinos Básico e Secundário.

26. Despacho 2.109/06

Cria um grupo de trabalho incumbido de proceder à análise e ao acompanhamento do Programa de Leite Escolar. ▶

Alguém escreveu: “A escola portuguesa é hoje, mais do que nunca, uma escola frustrada. Porquê? Porque não é um lugar de educação. É apenas um lugar de ensino”.

O princípio da obediência

O Ensino Secundário foi sofrendo progressivamente com as contradições por que passou a sociedade portuguesa nos últimos anos. De facto, contra aquilo que a opinião pública muitas vezes invoca, este subsistema mudou, e mudou muito. E não adianta invocar os tempos passados, tomados como referência ideal de qualidade, pois estes já não explicam o sentido da Escola. O perfil do aluno do Ensino Secundário, para o qual se dirigem muitas das orientações programáticas e planificações curriculares, mudou e... diversificou-se! Ou seja, já não é possível orientarmo-nos por um modelo único, igualitário, de formação, convencidos do princípio democrático de promoção social de a todos uma formação de qualidade. Como também não é possível exercer a profissão de professor para um perfil monolítico de aluno⁽¹⁾. Além disso, a igualdade de acesso já não garante o fim das desigualdades sociais nem altera a função da Escola como reprodutora e conservadora dessas desigualdades sociais, visto que o ponto de partida dos alunos não é o mesmo.

As aulas de substituição contribuíram para reconduzir o problema do ensino nas escolas públicas. A publicação, em Agosto, do despacho que regulamenta a componente não lectiva tinha como propósito garantir a presença dos professores nas escolas, retirando aos alunos “furos” no horário e nivelando os docentes por igual, estivessem no início ou no fim da carreira.

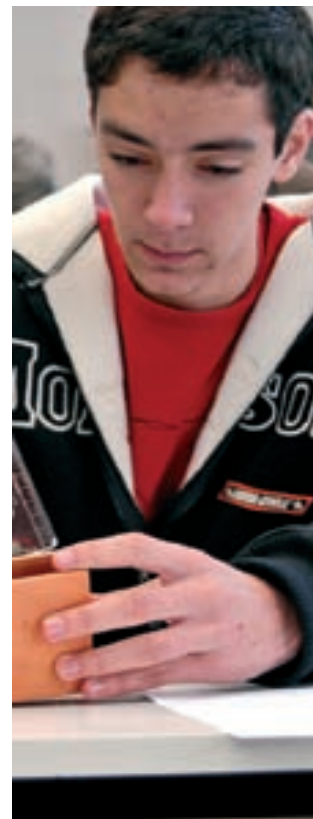
Se o princípio me parece claramente positivo, a sua implementação, pouco consistente, veio confirmar que o que mais interessava era a redução de custos – questão essencialmente económica e financeira –, e não incentivar a melhoria do aproveitamento escolar dos alunos através de um acompanhamento sério, no respeito da legislação em vigor (ou será que o Estado de Direito deve vogar ao sabor das contingências?!).

Se havia virtualidades nesta medida que as escolas e os seus conselhos Executivo e Pedagógico podiam e podem aproveitar, muitas experiências evidenciam o contrário.

É verdade que muitas escolas não estão apetrechadas com espaços e meios adequados para a consecução desses propósitos. Agora, não entendo como foi possível transformar as aulas de substituição em sessões de insubordinação disciplinar, espécie de “laboratório” que medisse a capacidade de resistência profissional perante um grupo de alunos.

Dos relatos que fui ouvindo, percebi que o mérito dos docentes se media pela capacidade criativa e pessoal face ao “faz-de-conta”: jogo do Su Doku, o visionamento de um filme qualquer, jogo da forca, passando por insultos e actos claros de indisciplina, até experiências com algum cariz pedagógico, como supervisão de trabalhos de casa, discussão de temas interessantes que cativaram a “plateia” e acompanhamento ao campo de jogos para que os alunos pudessem exprimir o que lhes ia... no corpo. Tudo como se um professor, ao adquirir a qualificação académica e profissional (com o estágio), se tornasse num especialista de tudo-um-pouco e já não precisasse de se preparar previamente e planificar o seu trabalho.

Se estas actividades de substituição não são habitualmente consideradas como serviço extraordinário, integram-se no horário regular do professor, na sua componente não lectiva. O que poderá ter sentido é garantir os meios para que se concretizem dentro do Projecto Educativo e do Plano de Actividades Previstas, e que os alunos, no período de ausência do professor, se ocupem em actividades na sala de estudo, nos clubes, actividades de TIC, leitura, pesquisa bibliográfica e actividades desportivas orientadas, actividades oficiais, musicais e teatrais. Ou seja, nada mais do que aquilo que foi previsto pelo Ministério da Educação quando lançou as orientações, em Agosto, e que implica que a Escola funcione como um todo organizado e articulado. E, se possível, democraticamente....



Ana Alvim

Mais do que um funcionário público submisso e obediente, preocupado essencialmente com a sua carreira individual e “politicamente correcto”, o professor deve assumir uma atitude crítica e responsável do seu papel profissional, articulando-a com o trabalho colectivo em que tem de se integrar obrigatoriamente na escola, e garantindo que esta se mantenha um espaço de ensino, mas igualmente de educação. ▶

(1) A propósito valerá a pena ler a evolução do conceito de professor monocultural para o de professor intermulticultural no livro de Luiza Cortesão, «Ser Professor: um ofício em risco de extinção?» (2000, Afrontamento, págs. 35-50).

Para que servem os professores?

Para que servem os professores? – perguntou, num recente *Prós e Contras*, com trejeitos de animadora mediática, para gáudio e aplauso da plateia acéfala, Clara Pinto Correia, professora e investigadora (?), colunista e colunável que se tornou há bem pouco tempo notícia escandalosa em jornais e revistas por ter plagiado uns artigos. Se foram esses os métodos ensinados pelos seus professores ou se os ensina aos seus alunos, não me espanta que questione a sua utilidade como professora, pois lhe bastará mandar os estudantes à Internet para fazer “copy & paste” de um qualquer artigo! Mas a memória é curta... E este país parece sofrer de amnésia crónica.

E eu, professora do Ensino Secundário, por vocação e escolha, me confesso: ao fim de 35 anos de dedicação exclusiva ao ensino, senti-me esventrada até ao âmagô da alma pela agudeza da pergunta e tentei encontrar uma (possível) resposta que gostaria de partilhar com o mundo. Para que servem, então, os professores?

Servimos, em primeiro lugar, como bombo da festa e consolo nacional para a ignorância, mediocridade e incompetência que grassa transversal e perpendicularmente em todas as profissões (sem excepção!) deste país; presumo, a julgar pela atitude da plateia, que não tivemos, nem temos, qualquer crédito na formação dos bons, dos competentes e dos cultos. Se os portugueses estão na cauda da Europa, não é por falta de habilitações, nem por trabalharem mal, mas por terem tido maus professores!

Servimos de desculpa e bode expiatório para a impossibilidade, incapacidade ou desinteresse dos pais (quantos destes naquela plateia?), encarregados de educação e outros familiares em ensinarem aos filhos, nos primeiros anos da infância, os princípios morais e cívicos, tão necessários à formação do indivíduo. Como poderá a escola impor hábitos de higiene, de delicadeza, de disciplina e outros igualmente básicos a alunos adolescentes, quando os não tiveram na infância? Servimos, assim, para assediar os pais com chamadas à escola, incomodando-os com ninharias como as faltas injustificadas, mau comportamento ou o desinteresse dos filhos.

Servimos também para arcar com as culpas e responsabilidades do falhanço continuado de reformas impostas por sucessivos ministérios, feitas muitas vezes “sobre o joelho” e por gente que desconhece a realidade escolar e aposta no facilitismo para mascarar o insucesso.

Servimos de trampolim para muitos “chicos-espertos” fazerem carreira à custa do nosso trabalho e da nossa dedicação, apesar das condições miseráveis das nossas escolas.

Servimos para muita coisa, pelos vistos, menos para ensinar as matérias das nossas disciplinas, porque passamos o tempo a tentar que os adolescentes se comportem com civismo, sentados (sim, Clara Pinto Correia, um acto tão simples como ficarem sentados 45m) a uma mesa, a trabalhar numa aula de Português ou de Matemática, sem gritos, sem conversa, sem música de telemóveis, para só falar nos males menores.

Servimos de pano para toda a obra, nas nossas escolas, mas servimos, acima de tudo, para amar os nossos alunos, para os compensar das muitas carências afectivas, mesmo quando nos rejeitam, para tentar ensinar-lhes, embora remando contra a maré de bruteza desta sociedade que os tritura, que há valores que são eternos, como os diamantes e, como eles, igualmente preciosos. ▶



*Este é um espaço destinado à colaboração dos leitores, sócios ou não do Sindicato dos Professores do Norte (SPN). Os textos (cartoons, fotos...) devem ser enviados por correio electrónico para **spninfo@spn.pt** e, por norma, não devem exceder 2.000 caracteres. O «SPN-Informação» reserva-se o direito de seleccionar e, eventualmente, reduzir os textos recebidos. Os autores devem identificar-se com o nome e o número de sócio do SPN; não sendo sócios, devem indicar o nome, a morada e um número de telefone para contacto.*

“

Os que atentam contra as crianças privam-nas da possibilidade de crescer em segurança, com saúde e dignidade. Para garantir a protecção dos menores, é necessário trazer à luz do dia os maus tratos e a exploração de que são vítimas e levar perante a justiça os que violam os seus direitos.

Ann M. Veneman, directora executiva do UNICEF

”

Situação mundial da infância

Maltratadas e negligenciadas, centenas de milhões de crianças vítimas de exploração e discriminação graves tornaram-se praticamente invisíveis aos olhos da comunidade internacional.

De acordo com o relatório anual do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), milhões de crianças desaparecem quando são objecto de tráfico ou obrigadas a trabalhar em servidão doméstica. Outras, como as crianças de rua, vivem à vista de todos, mas são excluídas de serviços fundamentais e da mais elementar protecção.

Para além dos maus tratos a que são sujeitas, a grande maioria destas crianças não tem acesso à escola, a cuidados de saúde e outros serviços essenciais para que possam crescer e desenvolver as suas capacidades.



Relatório do UNICEF analisa situação mundial da infância

Excluídas e invisíveis



© UNICEF/HQ00-0779/Donna Descare

O relatório «Situação Mundial da Infância 2006: Excluídas e Invisíveis» analisa a situação das crianças mais vulneráveis do mundo – aquelas cujos direitos a uma infância saudável e segura são extremamente difíceis de proteger, porque crescem à margem dos programas de desenvolvimento e, na maior parte dos casos, estão invisíveis nas suas sociedades, ausentes dos debates, da legislação, das estatísticas e dos meios de comunicação.

Se não lhes for dada uma atenção muito especial, estes milhões de crianças continuarão esquecidas e reféns de uma infância marcada pela negligência e por maus tratos, o que terá consequências desastrosas para o seu bem-estar a longo prazo e para o progresso dos respectivos países.

“A concretização dos objectivos de desenvolvimento do milénio depende da atenção que for dada às crianças vulneráveis dos países em desenvolvimento”, afirmou a directora executiva do UNICEF, Ann Veneman, na apresentação do relatório (14 de Dezembro), acrescentando que “não haverá progresso duradouro se continuarmos a ignorar as crianças que mais precisam de ajuda: as mais pobres, as mais vulneráveis, as que são exploradas e vítimas de toda a espécie de abusos”.

Ao longo dos anos, o UNICEF publicou vários estudos sobre o modo como a pobreza, a sida e os conflitos armados estão a afectar a infância – «Excluídas e Invisíveis» expõe detalhadamente em que medida estes factores, bem como a má governação e a discriminação,

privam as crianças de protecção contra os maus tratos e a exploração, as excluem da escola, dos cuidados de saúde e de outros serviços essenciais em proporções alarmantes. São estas crianças – sozinhas e indefesas – que estão a ser ignoradas, conclui o UNICEF.

Grupos de risco

No entanto, segundo o relatório, o esquecimento e a invisibilidade são ainda mais prováveis em quatro situações/grupos de risco.

Crianças sem identidade oficial. Mais de metade dos nascimentos que ocorrem nos países em desenvolvimento (excluindo a China) não são registados, privando mais de 50 milhões de crianças do direito fundamental de reconhecimento do seu estatuto de cidadão – não podem, por exemplo, frequentar a escola quando lhes é exigida uma certidão de nascimento para se matricularem.

Crianças privadas de cuidados dos pais. Milhões de órfãos, crianças de rua e jovens detidos crescem sem o afecto e protecção dos pais ou da família – estima-se que, nos países em desenvolvimento, uma em cada 13 crianças perderam pelo menos um dos pais. Por outro lado, em todo o mundo há dezenas de milhões de crianças que passam grande parte da sua vida na rua, expostas a todo o tipo de abusos e exploração. E também ao crime: mais de um milhão vivem detidas, na sua maioria por delitos menores.

Crianças que assumem papéis de adultos. As crianças obrigadas a assumir demasiado cedo um papel de adulto perdem etapas fundamentais do desenvolvimento infantil. No entanto, centenas de milhares participam em conflitos armados como soldados, mensageiros, carregadores, cozinheiros e escravos sexuais; e 171 milhões é o impressionante

número estimado de crianças que trabalham e manuseiam materiais e equipamentos em condições perigosas, nomeadamente em fábricas, minas e na agricultura.

Crianças exploradas. Mantidas longe dos olhares do público por quem delas se aproveita e excluídas da escola e dos serviços essenciais, as crianças vítimas de exploração são as mais invisíveis, e a sua situação e o seu número praticamente impossíveis de determinar. Ainda assim, admite-se que 8,4 milhões estejam entregues às piores formas de trabalho infantil, incluindo a prostituição e o resgate de dívidas, num regime muito próximo da escravatura – o relatório denuncia, também, que um número de crianças impossível de

determinar, mas certamente elevado, são exploradas no serviço doméstico em residências privadas.

O relatório considera, ainda, que as crianças que vivem em “Estados frágeis” (países sem meios ou vontade para proporcionar serviços de base aos cidadãos mais jovens) são praticamente invisíveis. Por outro lado, a discriminação com base em género, etnia ou deficiência, também é factor de exclusão: por exemplo, a discriminação impede a entrada de milhões de raparigas na escola e bloqueia a prestação de serviços essenciais a crianças de minorias étnicas e grupos indígenas; e calcula-se que haverá cerca de 150 milhões de crianças portadoras de deficiência, sem possibilidade de acesso à educação e à saúde em consequência de uma discriminação sistemática. ▶



© UNICEF/HQ99-0808/Roger LeMoine

Honrar compromissos

Governos, famílias e comunidades devem ser mais activos para evitar que aconteçam maus tratos e explorações e para proteger as crianças vítimas de abusos. Leis que reconheçam a culpabilidade dos autores de crimes contra crianças devem ser adoptadas e aplicadas de maneira firme. Atitudes, tradições e práticas nocivas devem ser postas em causa. Às próprias crianças devem facultados conhecimentos e informações de que necessitam para se protegerem.

O relatório do UNICEF preconiza que a comunidade internacional deve ir mais longe do que o esforço que actualmente está a ser feito em matéria de desenvolvimento, a fim de garantir que as crianças mais vulneráveis não sejam deixadas por sua conta. Afirmando que os governos são os principais responsáveis pela ajuda a dar às crianças, defende a intensificação de esforços em quatro áreas-chave.

Investigação, controlo e relato. Para chegar às crianças excluídas e invisíveis, é indispensável pôr a funcionar sistemas para registar e determinar a natureza e escala dos maus tratos que lhes são infligidos.

Legislação. As leis nacionais devem estar em conformidade com os compromissos internacionais assumidos a favor das crianças, e toda a legislação que encoraje ou facilite a discriminação deve ser alterada ou revogada. Ao invés, as leis que incriminam os autores de

crimes contra as crianças devem ser aplicadas de forma sistemática – citada como exemplo, a aplicação deficiente da lei perpetua o clima de impunidade relativo à violação de crianças.

Financiamento e reforço de capacidades. Orçamentos orientados para as necessidades das crianças e para o reforço das instituições ao seu serviço devem complementar a legislação e a investigação.

Programas e reformas. São necessárias reformas urgentes para eliminar os obstáculos que bloqueiam o acesso das crian-

ças a serviços essenciais – por exemplo, acabar com a obrigatoriedade de apresentar certidão de nascimento para inscrição na escola.

«Excluídas e Invisíveis» destaca, ainda, acções concretas ao alcance da sociedade civil, do sector privado, dos doadores e dos media, que podem contribuir para impedir que as crianças caiam nas falhas do sistema e para a criação de um ambiente que as proteja dos maus tratos, do mesmo modo que a vacinação e uma boa nutrição as protegem da doença. ▶

Visionarium e Multimeios promovem viagem à Turquia



Turkish Tumbler Photos

A quem não privilegia o Verão para férias, nem tem como objectivo ir “para a neve”, o Clube Visionarium e o Centro Multimeios de Espinho propõem a observação do próximo eclipse solar total, a partir Capadócia.

Mas os motivos de interesse da deslocação (26 de Março a 2 de Abril) não se esgotam com o fenómeno astronómico.

Desde logo, em Istambul, e para lá do fascínio do Bósforo e da possibilidade de pisar dois continentes (Europa e Ásia) num só lugar, há visitas à Mesquita Azul, ao Hipódromo de Constantinopla, ao Palácio Topkapi e ao inevitável Grande Bazar.

Também na Capadócia, é possível o deslumbramento numa paisagem de referências lunares que serviu de cenário ao épico “Guerra das Estrelas”. Explorar o Vale de Goreme, onde existe um complexo monástico bizantino de igrejas cavadas na rocha vulcânica, é mais uma das oportunidades.

Daí em diante, o roteiro passa pelos vales Vermelho e de Pasabag (com as famosas chaminés de fada), pela cidade subterrânea de Kaymakli e por Konya, centro da Ordem dos Derviches Dançantes.

A terminar o circuito, a possibilidade de um mergulho na história antiga, em Hierapolis – percorrendo a “cidade sagrada” e o conjunto de cascatas e piscinas naturais – e Éfeso, visitando o teatro e a Biblioteca de Celsus.

Para um efectivo e detalhado a poio, os participantes serão acompanhados por astrónomos (interpretação e observação do eclipse) e geólogos (monitorização de visitas e percursos). ▶

Mais informações podem ser obtidas no Clube Visionarium (256 370 627) ou no Centro Multimeios (227 331 190).

“Saudade” homenageia diáspora galega

Já está à venda em Portugal o mais recente trabalho discográfico dos Luar na Lubre. Curiosamente, o grupo galego apresenta como novidade uma vocalista portuguesa, Sara Vidal, que há muito acompanha o percurso do grupo.

Para além da cantora nazarena, o disco conta com a participação de Adriana Varela (Argentina), Cida Airam (Brasil), Emilio Cao (Galiza), Farruco Sesto (Venezuela), Lila Downs (México) e Pablo Milanés (Cuba).

Homenagem à emigração galega na América Latina, os 13 temas de “Saudade” incluem poemas de Garcia Lorca dedicados a Buenos Aires, poemas de autores galegos exilados, pandeiradas dedicadas a Che Guevara, a partir da Venezuela, e canções que falam de nostalgia, desterro e saudade. ▶



Luar na Lubre/Mário Pires

Filme português abre Fantas2006

Pela primeira vez na história do Festival Internacional de Cinema do Porto (Fantasporto), o cinema português tem honras de abertura da competição internacional, no dia 24 de Fevereiro, às 21h15, no Rivoli Teatro Municipal. A distinção cabe a “Coisa Ruim”, primeira longa-metragem de Tiago Guedes e Frederico Serra.

Com argumento original do jornalista Rodrigo Guedes de Carvalho, o filme conta a história inquietante de uma família lisboeta que recebe como herança uma casa que o povo diz amaldiçoada, numa pequena aldeia do interior.

Adriano Luz, Afonso Pimentel, Elisa Lisboa, Filipe Duarte, Gonçalo Waddington, João Pedro Vaz, João Santos, José Pinto, Manuela Couto, Maria d’Aires, Miguel Borges e Sara Carinhas, asseguram os principais desempenhos.

Depois do Fantas, “Coisa Ruim” tem estreia circuito comercial nacional prevista para 2 de Março.



O 26º Fantasporto decorre de 20 de Fevereiro a 5 de Março em diversas salas do Porto e de Gaia, designadamente Rivoli (2), Passos Manuel, Biblioteca Almeida Garrett (Palácio de Cristal) e AMC Arrábida (2). Para além da competição oficial, o festival oferece outras secções: 15ª Semana dos Realizadores, Orient Express 3, Love Connection, Première & Panorama, Espaço Cinema Português e Retrospectivas. ▶

Ponto de partida das comemorações
do 20º aniversário da sua morte



Guimarães recebe os amigos de José Afonso

O Sindicato dos Professores do Norte apoia a iniciativa do Círculo de Arte e Recreio e participa com a realização de um workshop intitulado “(Re)Viver Abril com Zeca Afonso – para uma didáctica da unidade”.

Distribuição de sacos de embalar pão com poemas; exposições (da responsabilidade da biblioteca Raul Brandão e da Associação José Afonso); mostra/ venda de livros e discos; lançamentos editoriais; animação de rua; projecção de filmes; debate; sessões de poesia...

Com direcção artística e plástica de José Mário Branco e Hélder Costa, respectivamente, de tudo aquilo se compõe a homenagem a José Afonso, que vai decorrer no Centro Cultural Vila Flor, em Guimarães, nos dias 24 e 25 de Fevereiro.

Mas também de música. Muita: Amélia Muge, Astedixie Band, Canto Nono, Chamaste-m'Ó, De Outra Margem (Galiza/Portugal), Dino Freitas, Francisco Fanhais, João Lóio, José Fanha, Luanda Cozzetti (Brasil/Portugal), Manuel de Oliveira, Manuel Freire, Pedro Barroso, Zé Perdigão, as tunas Nicolinos Populorum e Tunobebes e, da Galiza, Ardentia e Uxia. No programa pode ler-se:

“No dia 23 de Fevereiro de 1987, de sal de linguagem feita, José Afonso, mais uma vez, levantava voo a partir levando em si os caminhos do sonho e da utopia.

O homem que marchava ouvindo o brado da terra sussurrava a canção do vai... e vem como se nos espreitasse por detrás de uma janela. Com as suas tamanquinhas, encaminhou-se para o comboio descendente. No largo do breu, a noite levava aquele a que o tempo já se habituara.

A dor na planície não chegou para nos embalar.

Mas, de não saber o que nos espera... não é inevitável ficarmos pela canção do desterro. Decidimos, por isso, que o que faz falta é ver bem os cantares deste andarilho.

Vindo mais cinco ou trazendo simplesmente um ou outro amigo também, nem que seja numa sala mal iluminada, celebrar José Afonso será cantar o homem novo que virá enquanto houver força.

O Zeca ensinou que não há bandeira sem luta nem luta sem batalha. Queremos que as águas passadas do rio um sono vazio venham acordar.

E que as águas das fontes não se calem e que as ribeiras não chorem porque ele continua a cantar. Por isso, a 24 e 25 de Fevereiro, Guimarães recebe os amigos de José Afonso e dá-lhes guarida”. ▶

...que las hay, las hay

O plenário do Conselho Nacional de Educação deveria ter votado o seu parecer sobre a questão dos manuais escolares no dia 2 de Fevereiro.

Mas não votou.

O projecto a votar contrariava claramente a proposta do Governo e, em anterior sessão, já havia recolhido o assentimento generalizado dos conselheiros presentes.

Contudo, quando se esperava que o relato apenas fosse objecto de acertos pontuais, alguns conselheiros que não compareceram na reunião anterior surgiram a defender posição contrária à expressa pelos relatores.

Insolitamente, ao que a «SPN-Informação» apurou, também o representante do PS, Luiz Fagundes

Duarte, que na primeira reunião alinhara com a opinião maioritária, interveio para defender a posição contrária...

De tal modo evidente, que um dos relatores foi verificar a gravação da sessão anterior e o confrontou com a mudança de discurso.

O conselheiro socialista calou-se, mas...

Estava criada uma situação ingrata para os relatores, que manifestaram a sua indisponibilidade para continuar o trabalho, caso o plenário alterasse o fundamental do que fora decidido na reunião anterior.

Aceitaram, no entanto, a proposta de não se proceder à votação do projecto naquele mesmo dia.

O que mereceu a concordância do presidente do CNE.

Espíritos esclarecidos não acreditam em bruxas, *pero...* ▶

A.B.

nesta edição

- 02** a abrir
Homenagem a Salvado Sampaio
- 03** editorial
Virar de página
- 04** destaque
Encerramento de escolas exige muita ponderação
O reordenamento da rede escolar está na ordem do dia, com particular ênfase na Educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo. O Ministério da Educação pretende encerrar todas as escolas com menos de 20 alunos e com taxa de aproveitamento inferior à média nacional. Só na área geográfica coberta pelo SPN, está previsto o encerramento de 722... Vale a pena, por isso, reflectir sobre o que, para quê e como reordenar.
- 05** **Norte perde mais de 900**
- 06** **Que sentidos para o reordenamento escolar?**
- 10** **Centro Escolar de Poiães: O que foi? O que é?**
- 11** **Escolas rurais não são problema exclusivo do sistema escolar**
- 12** em foco
Manuais escolares
- 13** acção sindical
Fenprof entregou pré-aviso de greve
Continua a contestação aos despachos 16.795 e 17.387, publicados à margem de qualquer processo negocial. Apesar da memorável greve nacional de 18 de Novembro, o Ministério da Educação insiste em "assobiar para o ar". A Fenprof apresentou novas propostas no quadro da suspensão dos despachos, mas, face ao autismo ministerial, avançou com um pré-aviso de greve às actividades de substituição e aos prolongamentos de horário. De 20 a 24 de Fevereiro, os educadores e professores portugueses vão voltar a exigir respeito.
- 14** **Horários: acentuam-se os problemas**
- 17** **Concursos têm nova legislação**
- 19** **ME precipita alterações dos grupos de recrutamento**
- 20** **Sindicatos rejeitam contratação pelas escolas ou autarquias**
- 21** **Salários sempre a descer**
- 23** do superior
Desemprego e precariedade no Ensino Superior
- 25** opinião
O princípio da obediência
- 26** caixa de correio
Para que servem os professores?
- 27** internacional
Situação mundial da infância
O número espanta! Há centenas de milhões de crianças vítimas de maus tratos e negligenciadas. O relatório anual do UNICEF exorta os governos, as famílias e as comunidades a serem mais activos na protecção da infância. Para isso, "é necessário trazer à luz do dia os maus tratos e a exploração" de que as crianças são vítimas e castigar com firmeza os autores desses crimes.
- 31** a fechar
Guimarães recebe os amigos de José Afonso